



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA

CARLYLE OLIVEIRA MARTINS

CAÇADORES DE ONÇA: sobre a relação homem e natureza entre os gateiros
do Paru, Almeirim-PA

Santarém
Agosto/2017

CARLYLE OLIVEIRA MARTINS

CAÇADORES DE ONÇA: Sobre a relação homem e natureza entre os gateiros
do Paru, Almeirim-PA

Trabalho de Conclusão de Curso
(TCC) apresentado como requisito
para a obtenção de título de Bacharel
em Antropologia na Universidade
Federal do Oeste do Pará.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana
Gonçalves de Carvalho

Santarém
Agosto/2017

CARLYLE OLIVEIRA MARTINS

CAÇADORES DE ONÇA: Sobre a relação homem e natureza entre os
gateiros do Paru, Almeirim-PA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como requisito para a obtenção de
título de Bacharel em Antropologia na Universidade Federal do Oeste do Pará.

Data de aprovação: 4 de agosto de 2017

Banca examinadora:

Profa. Dra. Luciana Gonçalves de Carvalho
Orientadora

Prof. Dr. Florêncio Almeida Vaz Filho
Examinador

Profa. Dra. Lilian Rebellato
Examinadora

Dedico este trabalho a Pietra, que, desde que nasceu, me leva em direção a ser
uma pessoa melhor.

AGRADECIMENTOS

Fim de uma etapa que não seria possível, sem o apoio de muitas pessoas que atravessaram meu caminho.

Agradeço à Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), ao seu corpo docente e técnico, com o qual pude descobrir e desenvolver minha vocação para a Antropologia, despertando também o interesse pela pesquisa e pela docência. Não sei o quanto cada atividade irá ocupar minha vida daqui para frente, mas foi na UFOPA que as descobri e, por isso, serei eternamente grato a essa instituição por toda a receptividade que nela recebi.

Agradeço ao Programa de Extensão Patrimônio Cultural na Amazônia (PEPCA), do PROEXT/MEC, pela concessão de bolsa de extensão entre 2013 e 2016, a qual possibilitou a realização deste trabalho. A seus bolsistas que me auxiliaram em muitos momentos, da formatação do texto ao café, tão imprescindível nos dias de escrita.

Ao Programa de Antropologia e Arqueologia, nas pessoas do seu corpo docente, com quem tive a oportunidade de aprender sobre Antropologia. Um reconhecimento especial devo a dois professores: ao antropólogo Florêncio Almeida Vaz Filho, que me propiciou conhecimentos de comunidades e aldeias do rio Tapajós, e à arqueóloga Lilian Rebellato, por ensinamentos compartilhados no PEPCA. A ambos também agradeço pela leitura atenta deste trabalho.

Aos meus pais Carlos e Carmen, pelo amor e carinho que sempre me dedicaram, assim como pelo apoio incondicional, estando ao meu lado nas minhas escolhas, por mais estranhas que elas lhes parecessem.

À minha filhota, Pietra, pelo exercício de paciência a ela imposto, já que, ainda tão nova, teve que aprender a lidar com a saudade, mas principalmente pelas palavras de coragem e amor dedicadas a mim.

À minha companheira Angélica devo mais que agradecimentos. No início da graduação, éramos namorados; terminamos casados; éramos três e nos tornamos quatro.

À minha tia Fátima e à avó Laíde, pelo amor, carinho, apoio e orações que sempre me protegeram.

À minha irmã Carla e aos meus sobrinhos Leon e Tito, junto a quem sempre me refugiava da Universidade e suas obrigações. Com eles sempre encontrei bons momentos de carinho, risos e amor.

A Juliana Fidelis, a amiga com quem divido a Antropologia e a vida. Pelos conselhos, revisões e puxões de orelha, obrigado por tudo.

À professora Luciana Carvalho, que por três vezes direcionou meu olhar para a Antropologia. A primeira vez, ainda nas aulas de Saber Local e Diversidade Cultural, no segundo semestre da graduação, despertou em mim a curiosidade pela disciplina, o que me fez abandonar de vez o projeto de graduação em Direito. Depois, nos anos em que fui bolsista no PEPCA, me mostrou nas viagens de campo o trabalho árduo, mas gratificante do antropólogo. Por fim, na orientação deste trabalho: embora finalizemos, com ele, uma etapa, nele iniciamos também uma relação de amizade, a partir da qual sempre terá meu apreço.

Aos meus colegas da turma de Antropologia 2012 da UFOPA, com quem vivi anos maravilhosos. Com certeza, com vocês, o caminho até aqui foi mais leve. Que venham os próximos anos!

A um número imenso de pessoas de Santarém que me acolheram e me fizeram sentir em casa. Isso foi tão bom que me fiz adotar pela cidade.

Obrigado a todos vocês e até a volta.

RESUMO

A Amazônia tem sido uma região onde historicamente seus recursos naturais têm sido explorados buscando a atender demandas internacionais, no município de Almeirim a atividade extrativista nesta dinâmica desde os tempos coloniais tem sido um espaço de exploração de seus recursos naturais visando atender diversos ciclos e demandas internacionais, tais processos marcaram profundamente a região, modificando a sua forma de ver, ser e perceber o mundo. Um destes ciclos econômicos foi a caça de felinos em sua maioria onças e gato-maracajá e utilizando a narrativa dos gateiros da região do Paru (Almeirim-Pa) que fizeram desse ofício seu principal meio de manutenção de vida, perceber as dinâmicas em seu território e sociabilidades.

Palavras-chave: homem-natureza, território, caça.

ABSTRACT

The Amazon land, since colonial times has been a space for exploring its natural resources to attend diverse cycles and international demands, these processes marked the region deeply, modifying its way of seeing, being and perceiving the world. One of these economic cycles was the hunting of mostly felines and cat-maracajá felines and using the narrative of the hunter(gateiros) of the region of Paru (Almeirim-Pa) that made this way and maintaining life, to perceive the dynamics in their territory And sociabilities.

Keywords: territory, hunter,

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Almeirim. Fonte: Numa/UFGA.....	18
Figura 2: Comunidade de Cafezal, rio Paru. Foto: Carlyle Martins. Acervo Pepca/Ufopa.....	19
Figura 3: Comunidade do Recreio, rio Paru. Foto: Carlyle Martins. Acervo Pepca/Ufopa.....	20
Figura 4: Vista de Laranjal do Jari, rio Jari. Foto: Luciana Carvalho. Acervo Pepca/Ufopa.....	21
Figura 5: Vista de Almeirim em 1960. Acervo particular.....	23
Figura 6: Floresta de eucalipto no ramal Monte Dourado-Recreio. Foto: Carlyle Martins. Acervo Pepca/Ufopa.	26
Figura 7: Índia Apalai. Foto: Pedro Martinelli.....	27
Figura 8: Duca Moraes. Foto: Carlyle Martins. Acervo Pepca/Ufopa.....	30
Figura 9: Seu Teófilo. Foto: Carlyle Martins. Acervo Pepca/Ufopa.....	31
Figura 10: Almeirim na década de 1950/1960. Acervo particular.....	38
Figura 11: Cachoeira do Panamá. Fonte: Imaflora, 2017.....	42

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: PERCORRENDO CAMINHOS	11
2. RE-CONHECENDO O CAMPO	16
2.1 Dados gerais	17
2.2 Um latifúndio, muitos donos	23
2.3 Com os gateiros, em Almeirim	28
2.3.4 Chico Onceiro	32
3. “OLHAVA PARA UM LADO, OLHAVA PARA O OUTRO, E NADA”	33
3.1 Aviamento	35
3.2 Almeirim, território de caça	37
4. CAÇANDO GATOS	44
4.2 Os gateiros em seu ambiente	47
4.3 Só espero mulher, pra onça eu faço armadilha... ..	51
5. TROCAMOS A ESPINGARDA PELA MOTOSERRA.....	58

1. INTRODUÇÃO: PERCORRENDO CAMINHOS

Na cidade o senhor conhece as coisas, as ruas, as lojas; lá eu não sei nada, não sei andar nas ruas, não entendo muita coisa de lá. Mas na mata eu conheço tudo: conheço caça pelo barulho da pisada no mato seco, sei quando vem chuva e qual planta serve para fazer remédio. (Salvador, gateiro).

Almeirim é um lugar que, antes mesmo da minha primeira viagem de campo, em 2015, nunca me foi estranho. Nesse, que é um dos maiores municípios paraenses, reside parte significativa da minha história familiar, e foi nos seus rios, sítios e ruas que vivi alguns dos momentos mais marcantes de minha infância. Entretanto, até ser impelido a revisitá-lo com a meta de realizar observações etnográficas, nunca havia pensado em tomá-lo como contexto de pesquisa – o que não foi tarefa exatamente fácil.

Meu avô, conhecido na região como Raimundinho Bastos, chegou a Almeirim em 1946 após servir ao exército e à polícia do município de Viseu-PA, evitando ser convocado para lutar na Segunda Guerra Mundial. Por saber ler e contar, logo arranhou trabalho na cidade, estruturando assim a família. Com minha avó, também originária das ilhas de Abaetetuba, como ele, teve seis filhos, entre eles meu pai. Juntos, criaram outros tantos filhos – mais de dez.

Ao longo da sua trajetória, Raimundinho Bastos trabalhou no comércio de vários produtos como balata, castanha-do-pará, juta, cumaru e couros de onça, jacaré, peixe boi e ariranha, que caracterizaram a economia regional entre as décadas de 1940 e 1980. Nesses tempos, foi patrão e aviou¹ extrativistas e caçadores. Depois, em sua fazenda no rio Paru, batizada de “Santa Terezinha”, criou búfalos até o fim da vida, em 2014. Lá, junto com meu pai e minha avó, contou-me a maioria das histórias que, quando criança, ouvi durante as férias escolares.

Das histórias que meu avô contava, a maioria das que eu me lembrava envolvia índios, caçadores, pescadores, balateiros, castanheiros e outros extrativistas. Muitas delas, que me impressionaram na infância, voltaram à memória na vida adulta, quando comecei a me preparar para esta pesquisa.

¹ No vocabulário regional, aviar significa, em poucas palavras, contratar serviços de fornecimento de determinados produtos mediante o adiantamento de crédito na forma de mercadorias ou dinheiro. Remete ao sistema econômico do aviamento, que predominou nas relações de trabalho no extrativismo de vários gêneros na Amazônia, persistindo até hoje em alguns ramos. Em geral, aquele que avia é conhecido como patrão aviador.

Lembrei-me, por exemplo, do relato feito pelo meu avô de que, da sua fazenda, ao amanhecer e abrir o portão do barracão que ficava de frente para o rio Amazonas, via muitos índios chegando em canoas cheias de couro de jacaré. Com frequência, ele os recebia, hospedava e alimentava, e comprava-lhes os couros, que lotavam o barracão até o teto, aguardando a passagem mensal do navio a vapor do qual desembarcava um francês que comprava tudo.

Meu avô também contava que, ao navegar de barco pelos rios, não era raro ver praias cheias de pescadores tirando couro de peixe-boi e tingindo o rio de vermelho com o sangue do animal.

Outra história interessante que ouvira na infância fora contada, entre risos, por ele e seu amigo nordestino, que cheguei a conhecer quando criança, mas cujo nome não lembro. Tudo que sei é que esse amigo era um exímio caçador, e certo dia saiu para caçar com meu avô. De barco, entraram no rio Paru, onde a caça era farta e fácil. Em certa altura, ao descerem do barco e entrarem na mata, ouviram a onça esturrar² e, com isso, ficaram alarmados. Não era onça que eles queriam caçar, mas essa parecia irritada. Então, começaram a evitar o encontro com o animal, se posicionando contra o vento para dificultar que ela os farejasse. Assim, acabaram se perdendo na floresta. Já preocupados, voltaram a ouvir o esturro ainda mais forte, indicando a iminência da proximidade do animal. Tentando escapar, se perderam um do outro. Meu avô, tomado de medo, nem se lembrava da “papo amarelo” (espingarda Winchester calibre 22) que carregava nas costas. Em um descuido, escorregou e despencou de uma ribanceira. Atordoado, ainda no chão, viu a onça dar um pulo e fugir. Enfim percebeu que caíra perto do animal, assustando-o com o som da queda. Como corolário da história, o amigo de meu avô explicou-me que “onça é um bicho que tem medo, se assusta e sente fome”.

Essas e outras lembranças vieram à tona antes da primeira ida a campo para fazer esta pesquisa, reativando a curiosidade e o interesse por um lugar do qual me afastara após tê-lo frequentado até os 14 anos de idade. O contexto, porém, já era outro.

Como graduando em Antropologia, almejava entender as dinâmicas sociais e os sentidos do trabalho desenvolvido pelos homens que se dedicaram à caça de animais, para comércio de peles e couros, como principal forma de renda entre os anos 1960 e 1980, em Almeirim. Especificamente, pretendia conhecer melhor o universo dos

² O mesmo que urrar, rugir, produzindo um som estrondoso. O esturro é um urro característico de animais carnívoros de grande porte, como a onça. Na região estudada, dizem que o esturro da onça ecoa na floresta e põe em fuga os menos corajosos.

gateiros, caçadores de felinos genericamente chamados “gatos”, com destaque para a onça (*Panthera onca*) e o gato maracajá (*Leopardus wiedii*).

A motivação para investigar essa temática se delineou a partir da aproximação com leituras sobre povos e comunidades tradicionais, iniciadas em 2013, quando ingressei como bolsista no Pepca sob orientação da professora Luciana Carvalho. Fazia alguns anos que ela vinha realizando pesquisas com balateiros³ nos municípios de Monte Alegre, Alenquer e Almeirim, e, em seus trabalhos de campo, havia conhecido alguns gateiros.⁴ Foi então que, ciente de minhas ligações familiares em Almeirim e do meu interesse de pesquisar sobre modos de vida de comunidades na região, a professora me propôs voltar a frequentar esse município, mas com objetivos de pesquisa que me exigiriam o exercício de certo estranhamento.

De imediato, relutei muito em aceitar a proposta, embora reconhecesse que era instigante entender o que faziam os gateiros e por quê o faziam, no contexto em que viviam. Além disso, o trabalho permitiria conhecer melhor minha própria história familiar, tendo em vista que esses personagens povoavam as lembranças que trago do meu avô. Entretanto, apesar dos potenciais da proposta, demorei a definir o trabalho dos gateiros como objeto de pesquisa.

Depois de me dedicar aos primeiros levantamentos sobre a história econômica de Almeirim, com ênfase no extrativismo de gêneros como a balata e a castanha, percebi o quanto o desenvolvimento dessas atividades influenciou o modo de vida e as relações dos indivíduos e comunidades locais com o espaço. Sem dúvida, esse seria um tema de pesquisa importante para contribuir com o conhecimento antropológico acerca dos processos e dinâmicas sociais regionais.

Assim, percebi que minha resistência inicial em eleger como campo de pesquisa a cidade de Almeirim, tão familiar para mim, se dava pelo fato de considerar que não conseguiria fazer o exercício de estranhamento necessário ao pesquisador, conforme ensina Roberto DaMatta (1974). No artigo “O Ofício do Etnólogo ou como ter anthropological blues”, o autor convida os antropólogos a relativizar o ofício,

³ Extrativistas de balata, uma espécie de látex elástico e visguento semelhante ao da seringueira, que é oriundo da árvore *Manilkara bidentata*, popularmente conhecida como balateira. Para mais informações, ver Carvalho (2011; 2013a; 2013b) e Martins et al. (2015).

⁴ Segundo Carvalho (2013a, p. 96), “os balateiros trabalhavam em ‘turmas’ de quatro homens em média, dentre os quais um líder e outros que tivessem qualidades de mateiros (conhecedores da floresta), caçadores e gateiros (para lidar com as onças que frequentemente apareciam)”.

descrevendo dois movimentos: o de transformar o exótico em familiar e o de transformar o familiar em exótico – e era esse último movimento que eu deveria fazer.

Apesar da preocupação inicial, o primeiro exercício de estranhamento em relação a Almeirim resultou na produção do artigo “Flota do Paru: reflexões preliminares sobre extrativismo e concessões florestais”, que realizei com colegas e a orientadora (MARTINS et al., 2015). Com isso, acreditei que poderia me colocar em Almeirim não mais como um descendente, mas como um pesquisador, dando o primeiro passo na busca de entender a atuação dos gateiros na região e em seu contexto social e político.

A partir de então, seria preciso fazer outro movimento da antropologia: tornar familiar o exótico (DaMatta, 1974). Afinal, tratar-se-ia de estar com os gateiros em pessoa, com o cuidado de ouvi-los para fins de pesquisa, e não mais de ouvir histórias contadas sobre eles na atmosfera de aventura que me impressionava quando criança. Neste sentido, era preciso admitir que, embora relativamente próximo, o universo daqueles homens me era quase totalmente desconhecido e exótico. Como sustenta Gilberto Velho (1981), o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido. Logo, qualquer familiaridade que tivesse com suas histórias não poderia ser pressuposta como conhecimento.

O primeiro passo da pesquisa foi re-conhecer Almeirim enquanto campo, afastando ideias do imaginário comum sobre a região amazônica como um imenso inferno verde distante da civilização, e do município como um lugar exótico habitado por índios Apalais, caboclos e ribeirinhos, ao qual muitos nativos se referem como a “terra do já teve”. Um panorama de aspectos históricos e econômicos de Almeirim constitui, então, o segundo capítulo deste trabalho, que é iniciado por esta breve introdução.

O terceiro capítulo, intitulado “Olhava para um lado, olhava para o outro, e nada”, se inspira em uma declaração de um gateiro para ilustrar a falta de perspectivas de trabalho e renda que a população local de Almeirim, tradicionalmente dedicada a atividades agroextrativistas, enfrentou quando o comércio internacional de produtos florestais deixou de ser rentável. Esse capítulo contextualiza a situação em que muitos homens, que usualmente praticavam o extrativismo de recursos naturais para uso e troca, passaram a se dedicar à caça de felinos para abastecer a indústria da moda nos Estados Unidos e na Europa.

O quarto capítulo foca as práticas dos gateiros e as técnicas que usavam para apreender e abater os animais. Discute, a partir desses elementos, a relação homem-natureza sob uma ótica antropológica.

Por fim, apresento algumas considerações sobre desdobramentos posteriores ao fim da atividade dos gateiros em Almeirim, em um contexto de intensificação das ações de fiscalização e punição à caça comercial.

2. RE-CONHECENDO O CAMPO

Neste capítulo apresento uma descrição geral do município de Almeirim, delimitado como campo para realização desta pesquisa. Abordo, resumidamente, aspectos da formação e da trajetória de ocupação desse município, a fim de identificar as dinâmicas sociais, econômicas e históricas que configuraram o contexto de atuação dos gateiros. Foco, especialmente, em processos ocorridos no entre o final do século XIX e os anos 1960, quando a caça comercial de onça se tornou fonte de renda e ofício para muitos homens.

Para a escrita deste capítulo busquei, principalmente, apoio em fontes secundárias: bibliografia, censos, mapas e outros elementos produzidos por outros pesquisadores. Contudo, desde os levantamentos preliminares sobre a região, observamos que há uma carência de pesquisas sobre Almeirim e sua população.

Entre os escritos históricos de Lins (2001) e os relatórios técnicos do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio) e do Instituto Floresta Tropical (IFT),⁵ ambos de 2010, há alguns diagnósticos socioeconômicos produzidos pelo governo do estado do Pará. Porém, a maioria desses estudos tem a atenção voltada para a catalogação dos recursos naturais da região, economia local e novas possibilidades de mercado, ou seja, prospectam potencialidades de reinserir a região no circuito econômico global. Trazendo dados superficiais sobre a população, pouco apresentam a respeito de suas práticas. Relatam, em geral, a existência de comunidades agroextrativistas, vivendo em uma floresta praticamente intocada e promovendo atividades econômicas de baixos impactos ambientais.

Em uma perspectiva acadêmica, alguns trabalhos têm colocado ênfase em questões socioambientais observadas em Almeirim (PEDROSO, 2003; FOLHES; CAMARGO, 2013; CAMARGO, 2015). Neles, os pesquisadores revelam processos acelerados de desmatamento, disputas territoriais acirradas e complexos conflitos agrários e ambientais envolvendo o Grupo Jari, empresas madeireiras e comunidades locais atingidas por impactos socioambientais diversos.

Embora sejam fontes obrigatórias para quem inicia pesquisa sobre Almeirim, o conjunto das obras consultadas informa pouco sobre o problema proposto neste trabalho. De todo modo, sua leitura foi um passo inicial imprescindível no movimento

⁵ Estudo financiado pela multinacional Vale do Rio Doce.

antropológico de “estranhar Almeirim e suas histórias”, afastando-me das supostas familiaridades, para melhor conhecê-la.

Na última seção do capítulo, volto-me ao trabalho de campo e dedico-me a apresentar os gateiros que conheci na pesquisa, afinal, ao longo deste estudo procuro olhar Almeirim a partir do seu ponto de vista e não mais das minhas lembranças de infância.

2.1 Dados gerais

O município de Almeirim fica localizado na margem esquerda do rio Amazonas, na mesorregião do Baixo Amazonas, no estado do Pará. A partir de Santarém, que é a cidade-polo da mesorregião, leva-se cerca de dezesseis horas de viagem até Almeirim, descendo o rio Amazonas.

Com 72.954,5 km², Almeirim é o terceiro maior município do estado, chegando a ser maior que o estado da Paraíba e o território da Bélgica. Seus limites são: ao norte com o Suriname e com o Estado do Amapá, a leste com o estado do Amapá e com o município paraense de Gurupá, ao sul com Porto de Moz e Prainha, e, a Oeste com os municípios de Monte Alegre, Alenquer e Prainha (SEPOF, 2008).

O acesso a Almeirim é comumente realizado por meio: fluvial, pelo rio Amazonas; terrestre, pelas rodovias PA 254 (Almeirim-Prainha) que, na realidade, é uma via impraticável, e pela PA 453 (Monte Dourado-Almeirim) que é composta de piçarra; ou aéreo, neste caso apenas para voos fretados para o aeroporto da Serra do Aerão.

Quanto ao relevo, o município integra o Escudo das Guianas, tem muitas serras, cadeias de montanhas e platôs na porção norte e áreas de várzeas ao sul. Possui diversos tipos de vegetação, inclusive florestas densas preservadas e campos cerrados nas terras firmes; já nas proximidades do rio Amazonas predominam campos e floresta aluviais (SEPOF, 2008). As matas são acessadas principalmente pelos rios e igarapés que compõem a hidrografia local, dos quais se destacam dois afluentes da margem esquerda do rio Amazonas, os rios Paru e Jari.

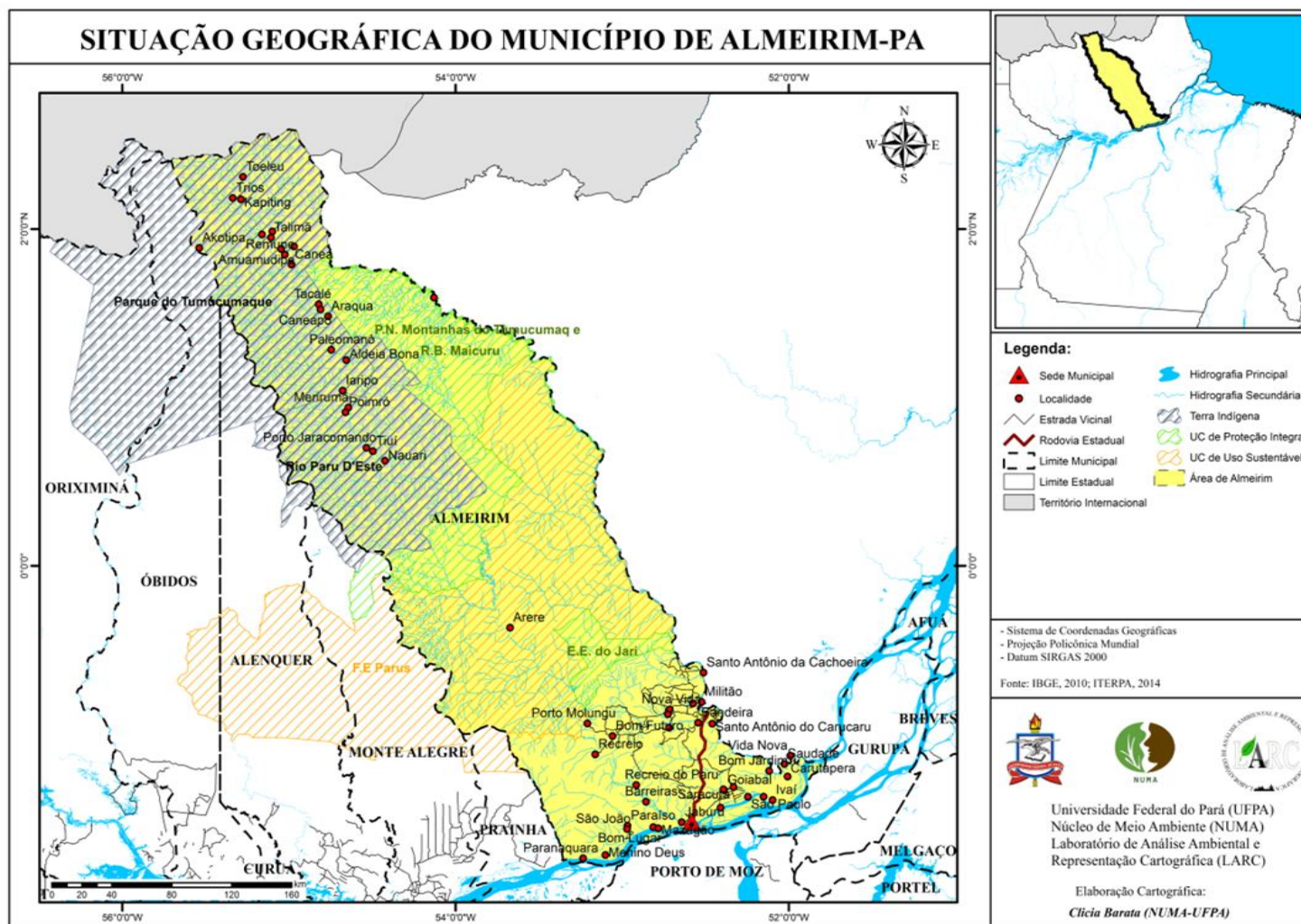


Figura 1: Mapa de Almeirim. Fonte: Numa/UFPA.

O rio Paru nasce na serra do Tumucumaque, quase na fronteira com o Suriname, e corta o município de Almeirim de norte a sul, passando por cachoeiras das quais a mais conhecida é a do Panama, até desaguar no Amazonas. Há várias comunidades em suas margens, sendo as mais populosas as de Cafezal, Santa Rosa, Barreiras, Recreio e Bananal, que hoje têm na agricultura de subsistência e no extrativismo florestal as suas principais atividades econômicas (SEPOF, 2008).

Através do Paru e de seus afluentes (Citaré, Itapecurú, Tucurunã e Uricurituba, entre outros), ao longo dos séculos, povos indígenas, caboclos e migrantes percorreram as florestas de Almeirim, sendo ele imprescindível para a economia e a história da região.



Figura 2: Comunidade de Cafezal, rio Paru. Foto: Carlyle Martins. Acervo Pepca/Ufopa.



Figura 3. Comunidade do Recreio, rio Paru. Foto: Carlyle Martins. Acervo Pepca/Ufopa.

O rio Jari nasce nos limites do Pará com o Suriname e desce paralelo ao Paru, desaguando também no rio Amazonas, após atravessar cachoeiras. Ele é a fronteira natural entre os estados do Pará e do Amapá, e apenas seus afluentes da margem direita (igarapés Paruzinho, Ipitinga e Carecaru) pertencem ao município de Almeirim (SEPOF, 2008).

Tendo sido muito utilizado para a colonização da calha norte do rio Amazonas e para escoar os produtos extraídos das florestas da região, o rio Jari teve as margens ocupadas por diversas comunidades. Algumas são de ocupação relativamente recente, surgidas após a implantação do projeto Jari,⁶ que atraiu muitos migrantes para a região, a maioria vindo do nordeste em busca de trabalho no distrito de Monte Dourado, estabelecendo-se nas redondezas – inclusive, na margem amapaense do rio, onde se

⁶ O Projeto Jari (Jari Florestal e Agropecuária) será apresentado mais adiante. Por ora, sublinho que o projeto teve início em 1967 e envolveu a derrubada de florestas nativas para plantio de eucalipto e a implantação de uma fábrica de celulose nas imediações do rio Jari, em uma área que hoje corresponde ao distrito de Monte Dourado.

formou a cidade de Laranjal do Jari, vulgarmente referida como o “beiradão” onde vivem trabalhadores do projeto Jari.



Figura 4: Vista de Laranjal do Jari, rio Jari. Foto: Luciana Carvalho. Acervo Pepca/Ufopa.

A maior parte do território de Almeirim (cerca de 80%) corresponde a áreas protegidas: as Terras Indígenas Tumucumaque e Paru d’Este, a Floresta Estadual do Paru, a Estação Ecológica do Jari e a Reserva Biológica do Maicuru. Apesar disso, o patrimônio natural município sofre, atualmente, com investidas de madeiras e garimpeiros.

A população local está estimada em 33.282 habitantes (IBGE, 2016)⁷, e, a esse respeito, o IFT (2010, p. 24) nota que “um fato interessante é a relativa estagnação da população total de Almeirim desde a década de 1980, além de um aumento da urbanização da população no município”. No presente, quase 20 mil pessoas residem na área urbana, e as demais estão distribuídas em 155 comunidades rurais.

As comunidades rurais, por sua vez, são divididas em quatro zonas, de acordo com características ambientais e socioeconômicas. A zona I abrange comunidades

⁷ Em 2010, 33.614 habitantes foram contabilizados no censo (IBGE, 2010).

situadas na região das estradas, que conflui para Monte Dourado. Sua principal atividade é a agricultura, cujos produtos são escoados, principalmente para esse distrito.

A zona II corresponde a comunidades situadas, também, nas estradas, porém mais próximas à sede municipal. Nessas imediações, as comunidades mais antigas são as de Arumanduba e de São Raimundo, que remontam à formação do município. A primeira, sobretudo, tem valor de referência na história local, pois foi residência do coronel José Júlio de Andrade⁸ e o primeiro lugar do município a ter escola, hospital, telégrafo e luz elétrica.

A zona III reúne comunidades agroextrativistas cuja economia depende das florestas do Paru. Historicamente, ela corresponde à principal área de caça no município, e, ainda hoje, essa atividade é importante para subsistência das famílias, assim como a pesca e a criação de pequenos animais e algumas cabeças de gado bovino e bubalino. A agricultura ocorre em pequena escala e visa, sobretudo, à produção de farinha de mandioca. Segundo o IFT (2010, p. 56), “no extrativismo vegetal, as atividades mais comuns praticadas por algumas comunidades ou famílias, são a coleta de castanha, açaí, bacaba e patauí”.

Por fim, na zona IV, referente à região das várzeas do Chicaia, as comunidades praticam pecuária bubalina, coleta de açaí, pesca e produção de farinha.

No geral, há poucas opções de emprego em Almeirim, destacando-se neste sentido a indústria de celulose e transformação, remanescente do projeto Jari. O setor de serviços e cargos na administração pública corresponde à outra frente importante de trabalho. Por fim, a produção agropecuária é o que garante a subsistência das populações rurais do município, destacando-se as lavouras de mandioca, feijão, milho e arroz, e a criação de gado bovino e bubalino.

O extrativismo de produtos florestais é uma atividade tradicional em muitas comunidades, no entanto, apresenta pouca participação na economia formal do município. As florestas nativas possuem variedade e abundância de produtos florestais não madeireiros, mas, segundo o IFT (2010, p. 29), esse “grande potencial florestal [é] ainda insuficientemente explorado” e, nesse cenário, “destaca-se a produção de madeira em tora de espécies de rápido crescimento para a produção de papel e celulose”.

⁸ Personagem importante da história local, foi dono de grandes porções de terra no município, patrão de muitos extrativistas e comerciante famoso. Em função de seu poder econômico e político, ganhou o status de coronel.

2.2 Um latifúndio, muitos donos

A origem de Almeirim é contada de duas maneiras na maior parte das referências pesquisadas. De acordo com a primeira versão, a cidade se originou de uma fortificação holandesa instalada próxima a uma aldeia indígena chamada Paru. Na outra narrativa, atribui-se a origem de Almeirim aos frades capuchinhos da ordem católica de Santo Antônio, que, no processo de catequese dos povos indígenas na região, teriam construído na aldeia Paru um centro de atração para esses povos.



Figura 5: Vista de Almeirim em 1960. Acervo particular.

Independente de qual história é mais fidedigna sobre sua formação, é certo que a povoação prosperou e juntou-se a outras aldeias como a dos indígenas do rio Uacapari. Como projeto de defesa desse território, o então Governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Manoel da Mota e Siqueira, construiu ali um forte de pedra e barro,

denominado forte do Paru,⁹ sendo este um dos principais fatores de crescimento populacional na localidade (IBGE, 2008).

Em 1758, o Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado elevou a aldeia à categoria de vila, passando a chamar-se Almeirim. Por ocasião da Independência, a vila veio a ser extinta. Em 1890, após a proclamação da República e no auge da exploração de seringa e balata, readquiriu categoria de vila e, finalmente, recebeu o título de município. Todavia, este veio a ser extinto e anexado a Prainha em 1930, restabelecendo-se em seguida (IBGE, 2008).

Do ponto de vista político-administrativo, o município passou por diversos arranjos no século XX, criando-se e extinguindo-se distritos. Por fim, ficou dividido em três distritos: Almeirim, Arumanduba e Monte Dourado. O primeiro corresponde à sede de Almeirim; o segundo à vila onde residiu o Coronel José Júlio de Andrade no fim do século XIX; o terceiro é sede da fábrica de celulose instalada pelo multimilionário norte-americano Daniel Ludwig.

Os três distritos de Almeirim interessam, aqui, não pelo aspecto político-administrativo, mas porque são associados a personagens emblemáticos para a narração de sua história. Com efeito, a maioria dos relatos escritos e orais da história local tende a dividi-la em três fases ou tempos: o tempo de José Júlio; o tempo dos portugueses; e o tempo dos americanos (LINS, 2001). E não só nos livros, mas também nas ruas da cidade, assim como nos povoados rurais de Almeirim, são frequentes as menções feitas a José Júlio – ou, mais simplesmente, Zé Júlio, como é referido usualmente – e a Ludwig – muito embora esse nome não seja de fácil pronúncia para muitas pessoas.

José Júlio de Andrade era cearense de Sobral e chegou a Almeirim por volta de 1880, época em que a economia local se baseava no comércio interno e externo de gêneros florestais. Fixando-se em Arumanduba, entrou nesse mercado, tornando-se um patrão afamado que mobilizou, por meio do sistema de aviamento,¹⁰ muitos extrativistas.

A borracha de *Hevea brasiliensis*, a vulga seringueira, era então o produto mais valorizado do lugar, e José Júlio dedicou-se à sua exploração, além de castanha e balata. Segundo Pinto (1986), em 1888 já se encontrava mais de 600 estradas de seringa na região, o que faz supor que, já naquela época, ela era bastante povoada. De fato, para

⁹ Esse foi um dos quatro fortes construídos na região Norte. Os outros são: Forte de São José da Barra do Rio Negro, atual Manaus; Forte de Santo Antônio dos Pauxis, de Óbidos; e Forte dos Tapajós, em Santarém, todos com a finalidade de proteger o território de ataques que eram comuns na área.

¹⁰ Sistema de comércio baseado no adiantamento de créditos, sobre o qual tratarei mais adiante.

exploração da seringa, José Júlio serviu-se largamente de mão-de-obra de indígenas, negros, ribeirinhos e nordestinos trazidos para a região¹¹ com financiamento da província do Estado do Pará, a fim de suprir a demanda internacional por produtos agroflorestais, que a população local já não dava conta de atender.

José Júlio acumulou muita riqueza. Tornou-se um homem poderoso e influente na região, e passou a ser referido comumente como “Coronel”. Devido à influência do sogro, então intendente do município, teve atuação política considerável. Também foi intendente do município e, já no Brasil republicano, senador, nunca tendo perdido uma eleição em Almeirim (LINS, 1994).

Combinando poder econômico e poder político, o coronel também acumulou terras. Diz-se que chegou a possuir títulos referentes a uma área de 16 mil km² de propriedades. Se demarcadas na prática, essas terras se estenderiam do Amapá até Faro, na divisa do Pará com o Amazonas, e chegariam até o Caribe! Assim, em pouco mais de dez anos ele teria conseguido se tornar o maior latifundiário do mundo ocidental, adquirindo terras também em Benevides, próximo à capital paraense, e em Bragança, na região do Salgado paraense.

A obtenção dos supostos títulos de propriedades é atribuída a fraudes cometidas em cartórios da região e a expedientes políticos. Decerto, em condições nebulosas, o fato é que toda a região de Almeirim ficou em poder do Coronel até fins da década de 1940. Então, já enfraquecido politicamente e doente, Zé Júlio vendeu as terras para empresários vindos de Portugal, inaugurando-se assim a chamada “era dos portugueses”.

Precisamente em 1948, suas terras foram repassadas para os portugueses, que mantiveram praticamente inalterada a forma de utilização do latifúndio para extrativismo, pesca, caça e agropecuária. Ou seja, os portugueses continuaram operando o mercado extrativista sob o sistema do aviamento, outrora usado por José Júlio. Porém, durante os quase 20 anos em que comandaram as propriedades, eles implementaram, ainda que de forma bem inicial, a agropecuária extensiva e atividade madeireira em Almeirim (CAMARGO, 2015).

¹¹ Incentivando a migração de mais de 120 mil nordestinos para a Amazônia, o governo pretendeu atacar dois problemas ao mesmo tempo: o da seca que assolava a região nordeste no fim do século XIX, causando a mortandade de mais de 500 mil pessoas, e a carência de mão-de-obra para trabalhar na indústria gomífera que ganhava força no fim do século XIX (FAGAN, 2000).

Em 1967, o bilionário norte-americano Daniel Ludwig, com apoio e incentivo da ditadura militar no Brasil, comprou as terras e as empresas dos portugueses em Almeirim com a finalidade de produzir celulose, explorar a agricultura de arroz, promover a criação de gado e extrair minérios. Para realizar seu projeto econômico na região do Jari, o qual ficou conhecido como Projeto Jari, Ludwig extinguiu floresta nativa para dar lugar à monocultura de eucalipto (*Eucalyptus*) e abrigar uma fábrica trazida do Japão, completa e pré-montada.

O empreendimento do norte-americano se encaixava perfeitamente nos planos governamentais para crescimento econômico da Amazônia, os quais previam: a intensificação da ocupação da região, a proteção das fronteiras e a implantação de grandes projetos desenvolvimentistas. Sob o lema “terras sem homens para homens sem terra”, o governo brasileiro favoreceu o loteamento e a destinação de grandes áreas para empresas multinacionais, bancos nacionais e estrangeiros a fim de também fomentar na região outra lógica econômica, integrando-a definitivamente no mercado internacional (VELHO, 2013).



Figura 6: Floresta de eucalipto no ramal Monte Dourado-Recreio. Foto: Carlyle Martins. Acervo Pepca/Ufopa.

A efetiva implantação do Projeto Jari ocorreu entre os anos de 1970 e 1972, provocando a derrubada de mais de mais de 70 mil hectares de floresta nativa (CAMARGO, 2015) e a diáspora de povos indígenas e comunidades instaladas nos arredores dos rios Jari e Paru, considerados um entrave para a modernização da região.



Figura 7: Índia Apalai. Foto: Pedro Martinelli.

O projeto de Ludwig, instalado no distrito de Monte Dourado, introduziu um novo modelo de exploração dos recursos naturais, não mais pautado no sistema do aviamento, mas na rotina da fábrica. Assim, o desenvolvimento do projeto Jari causou uma “desorganização das redes de comercialização extrativista” e, conseqüentemente, modificou as relações sociais e econômicas na região, da mesma forma que alterou as práticas da população local em relação ao ambiente (GREISSING, 2010).

A partir do breve histórico acima relatado, entendo que entre fins do século XIX e a segunda metade do século XX a população de Almeirim teve os modos de viver, trabalhar, ver e perceber a região profundamente alterada no bojo dos processos de

mudança ocorridos no plano econômico, com impactos no território e nos recursos naturais. Essas mudanças, associadas a uma espécie de “vazio institucional” promovido pela desestruturação das redes extrativistas suportadas pelo sistema de aviação, a partir da instalação do projeto Jari, contribuíram para formar o cenário em que os gateiros passaram a atuar.

2.3 Com os gateiros, em Almeirim

Aqui apresentaremos três homens que, durante tantos anos, fizeram da caça de felinos sua atividade principal na região do Paru, em Almeirim, onde até hoje residem. Tendo atuado também como balateiros e castanheiros, eles se dedicaram a essa empresa predatória entre muitos outros homens, vindos de diversas localidades do Pará e de fora do estado. Atualmente com idade entre 70 e 80 anos, dispuseram-se a narrar histórias, posar para fotografias e responder perguntas para esta pesquisa.

Inicialmente, nos nossos primeiros contatos, os gateiros eram tímidos e apresentavam certa resistência para falar das caçadas, sobretudo porque essa é uma atividade proibida e criminalizada. Aos poucos, porém, foram ganhando mais confiança e passaram a contar suas experiências com maiores detalhes. Assim mesmo, seus relatos eram quase sempre entremeados por momentos de reflexão e ponderações sobre o período das caçadas, talvez por trazerem uma lembrança desconfortável sobre uma época de escassez de serviço e alimento, talvez por remorso ou sentimento de culpa em relação aos animais que mataram.

Além dos três homens apresentados nesta seção, a pesquisa envolveu entrevistas com outros gateiros, patrões, curtumeiros e outros moradores de Almeirim, que serão citados ao longo do texto. No entanto, com estes três foram estabelecidos contatos mais produtivos, no que se refere à obtenção de dados sobre o tema pesquisado. Com eles registrei as principais histórias que narro neste trabalho, as quais se repetem, em linhas gerais, para muitos homens que viveram dos produtos obtidos na floresta.

As histórias que exponho são a representação que esses homens fazem da identidade de gateiro, construída pelo relato, durante as próprias entrevistas, guardando a natureza do acontecimento recordado, o contexto do acontecimento e o contexto da recordação (HALBWACHS, 1990).

2.3.1 Seu Salvador

O senhor Salvador nasceu em Almeirim, assim como seu pai, e com ele começou a caçar comercialmente onça no Paru: “esse negócio de caçada papai aprendeu com os índios, e eu aprendi com ele”. Aprendeu a rastrear onça, a fazer armadilha, a reconhecer o melhor local de iscar a onça (local de armar a armadilha) e a descaçar (retirar o animal da armadilha), e tornou-se um bom gateiro.

Como o pai, também foi balateiro antes de caçar onça. Trabalhou como gateiro de 1972 até 1978, percorrendo os municípios de Alenquer, Prainha e Almeirim. Como tinha um tio que cuidava das relações com o patrão aviador, ele, da mesma forma que o pai, detinha-se nas lidas com os felinos, e é sobre esse aspecto do trabalho que mais gosta de falar. Seus relatos são semelhantes aos que se ouve sobre os bons caçadores, frisando a “esperteza da onça” e o cuidado que se deve ter ao caçá-la.

No fim do interesse por couro de onça, foi desenvolver outros trabalhos e morou em outras cidades, entre elas Belém e Manaus, trabalhou para o Projeto Jari e para a Petrobras, sempre como operador de máquinas derrubando árvores e transportando madeira. Quando um acidente de trabalho, em 2002, causou-lhe a amputação das pernas, retornou para Almeirim e retomou o antigo ofício de caça, mas não mais comercialmente: “Caço para comer, dou carne para meus vizinhos e amigos, carne de caça é muito apreciado por aqui”. Até hoje, Salvador continua caçando, mas apenas para comer, principalmente cotia (*Dasyprocta*) e macaco-prego (*Sapajus*).

2.3.2 Seu Duca Moraes

Um dos gateiros mais antigos com que pude conversar foi o senhor Duca Moraes, nascido em 1933 na vila de Santa Maria do Uruará, no município de Prainha. Como perdeu o pai quando ainda era criança, foi criado por um tio com quem aprendeu a tirar balata e caçar onça. Afirmo conhecer todos os segredos para andar na floresta: “Não posso mais entrar no mato, mas eu era muito bom”.

Duca Moraes chegou ao Paru em 1945, depois de passar pelo rio Maicuru, no município de Monte Alegre, tirando balata. No Paru, continuou trabalhando como balateiro até o látex perder interesse comercial, nos anos 1970: “Era tudo para a guerra. Acabou a guerra, acabou a balata”. Foi então que começou a trabalhar como gateiro: “Terminamos de tirar balata e fomos caçar gato [...] Quando terminou a balata não tinha outro ramo” – relembra.



Figura 8: Duca Moraes. Foto: Carlyle Martins. Acervo Pepca/Ufopa.

Segundo ele, havia muitos homens em Almeirim caçando onça naquele período. Conta que esses gateiros entravam na mata e ficavam até cinco meses caçando, e explica que a quantidade de couro dependia de cada caçador: cada um armava suas armadilhas e era responsável pela descaça na manhã seguinte.

Para caçar onça, conta que bastava ter coragem: “Tem que ter coragem. A onça conhece o cabra que tem medo dela. Se você passar e tiver medo dela, ela te rasteja, se

tiver coragem ela passa direto”. No mais, diz que os gateiros, em geral, já conheciam bem a floresta, pois tinham trabalhado com balata, seringa e castanha.

Quando a caça foi proibida e o couro deixou de render lucros, foi trabalhar na coleta de castanha-do-pará e depois se aposentou. Até hoje Duca Moraes vive entre Almeirim, Prainha, Santa Maria do Uruará e o Paru. Sua aposentadoria é retirada no município de Prainha, para onde viaja todo mês. Frequentemente, vai para Uruará, quando está “cansado da cidade”. Por fim, conta que desde novo conhece todas as trilhas que ligam esses lugares.

2.3.3 Seu Teófilo



Figura 9: Seu Teófilo. Foto: Carlyle Martins. Acervo Pepca/Ufopa.

Seu Teófilo nasceu em Capucu, no alto Paru, em 1940. Das florestas do entorno tirou o sustento praticando atividades que aprendeu com o pai, nascido também no Paru. Como diz, foi ele que lhe ensinou a “trabalhar com a floresta”. Atualmente, vive entre a comunidade de Cafezal, no rio Paru, e a sede do município de Almeirim.

Seu Teófilo foi balateiro, castanheiro, tirou madeira e caçou onça no Paru, mas não lembra muito bem quando exerceu cada ofício: “Não lembro quando foi, lembro que era uma coisa atrás da outra”. Diz, rindo, que naquela época nunca imaginaria que um dia daria entrevista sobre caça.

No ensejo, recorda as pessoas com quem trabalhou os caçadores que conheceu os patrões aviadores. Afirma que sente falta de subir o Paru, das amizades e do dinheiro que recebia depois que retornava para a cidade, na sua época de gateiro. Por alguns momentos, lamenta ter trabalhado nesse ofício, mas alega que eram tempos difíceis e que tudo o que fez foi pela família.

2.3.4 Chico Onceiro

Francisco Alberto dos Santos, conhecido como Chico Onceiro, é um mineiro que, antes de chegar a Almeirim, em 1968, passou por Altamira e outras cidades do Pará “atrás de ouro e outros produtos que dessem dinheiro”. Viera para a região junto com seu irmão mais velho, Miguel Alberto dos Santos, conhecido como “Seu Miguel” atravessando matas e aviando balateiros, garimpeiros e gateiros. Como o nome pelo qual é conhecido sugere, ele é considerado pelos gateiros o maior aviador de couro de onça da região.

Chico Onceiro não caçou gatos, nem frequentou a floresta: “Fui só uma vez para o alto [floresta do Paru], e, dessa vez, não matei nada, mas vi os homens matando mais de dezoito antas de uma só vez. Era muita fartura naquela época”. No entanto, fala com eloquência sobre o comércio de couro (para onde e para quem era vendido), os encontros com indígenas e as caçadas em sim, até a proibição da atividade.

3. “OLHAVA PARA UM LADO, OLHAVA PARA O OUTRO, E NADA”

O enriquecimento rápido como valor, alimentado pela ideia da nova terra como Éden, orientou a economia colonial brasileira para um extrativismo imediatista e predatório. Extrativismo que toma a natureza tal como ela é, colhendo seus frutos mais evidentes, sem a preocupação em interagir com ela de modo mais intenso ou sistemático. Nesse tipo de extrativismo é o homem que segue a natureza, não o contrário, corroborando a motivação predatória dos portugueses (DAMATTA, 1993).

Em Almeirim e nos demais municípios do oeste do Pará, a onça (*Panthera onca*) e o gato maracajá (*Leopardus wiedii*) foram intensamente caçados com a finalidade de terem seu couro comercializado no mercado internacional. Esses animais, assim como outros felinos, eram genericamente chamados de gatos, independentemente da espécie. Seu couro, depois de retirado e tratado para venda, era denominado fantasia.

As caçadas eram atividades eminentemente masculinas, e os homens que as realizavam foram genericamente designados como gateiros. Diferentemente de outros indivíduos que praticavam a caça para alimentar suas famílias ou trocar por outros gêneros da produção local, os gateiros caçaram comercialmente e focaram em espécies determinadas cujo couro era valorizado no mercado. Assim, o que os tornou gateiros e não simplesmente caçadores foi, justamente, a relação particular que mantiveram com os gatos.

Isso não quer dizer que caçar fosse uma novidade para os que se tornaram gateiro. Afinal, a caça sempre esteve presente no cotidiano dos homens que iam para a floresta trabalhar com extrativismo, pois, comumente o “rancho” que era aviado pelo patrão era composto de remédio, farinha, café e munição, e a caça e a pesca eram as atividades que desenvolviam para garantir a alimentação enquanto estivessem nas matas, que, em geral, são relatadas como ambientes de muita fartura.

Enfim, antes do circuito de comércio internacional de peles se implantar em Almeirim, os gateiros também caçavam os mais variados animais (para subsistência), mas a obtenção de renda monetária estava vinculada principalmente da coleta e comercialização de produtos florestais (MEIRA, 1993). Logo, foi quando as atividades extrativistas deixaram de ser economicamente rentáveis que ser gateiro se apresentou como uma possibilidade de trabalho para muitos homens.

Devido à dinâmica e à forma intensa como se relacionavam com os recursos naturais, bem como aos conhecimentos acumulados sobre a floresta em outros ofícios (de balateiro ou castanheiro, por exemplo), esses homens foram atraídos para as caçadas a fim de atender a demanda internacional, entrando em uma rede de comércio assentada no sistema de aviamento. Então, outro elemento que diferenciou os gateiros dos demais caçadores foi a participação dos primeiros na rede particular de trocas fomentada por padrões para levar o couro dos gatos para fora do Brasil.

Por mais que se tornar gateiro tenha sido uma contingência para a maioria dos homens, por absoluta necessidade econômica, o exercício desse ofício conferiu-lhes saberes, experiências, sentimentos e memórias que alicerçaram sua identidade. Assim, por mais que tenham trabalhado com roça, balata, castanha ou outros produtos, é como bons gateiros que são reconhecidos em Almeirim por todos que tiveram suas vidas atravessadas por eles.

No entanto, os gateiros tiveram um período curto de atividade, entre as décadas de 1960 e 1980, correspondentes ao fim do interesse internacional pela balata e à implantação do Projeto Jari. Como diz Seu Teófilo: “Quando era tempo de seringa, nós buscávamos seringa, balata ou castanha, e, quando isso acabou, fomos caçar onça”.

As caçadas foram intensas nos anos 1960 a 1980, a despeito da Lei n° 5.197/1967, que proibiu a caça comercial em território nacional.

Art. 1º. Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha.

Apenas no final da década de 1980, as caçadas aos gatos arrefeceram. Esse arrefecimento correspondeu à disseminação de discursos ambientalistas e políticas ambientais no Brasil, com a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o aumento das ações de fiscalização e a punição aos caçadores e comerciantes de peles. Depois disso, a caça passou a ser mais combatida e foi deixando de ser um assunto corrente em Almeirim.

Os gateiros com quem esta pesquisa foi feita abandonaram o ofício desde então e guardaram para si suas histórias e lembranças. Não é raro os mais novos, seus filhos e netos desconhecerem trabalhos que esses homens exerceram (inclusive como

balateiros). Somada a esse fato, a criminalização do ofício de gateiro dificulta o acesso a suas memórias. Mesmo assim, dispuseram-se a contar-me aspectos da sua vida que estavam ofuscados na memória. Mas, como a memória é uma construção dialógica com o passado, revisitaram com alguma dificuldade o passado, como fez Seu Teófilo: “Se eu soubesse que um dia seria entrevistado, eu teria anotado as datas, mas não lembro quando foi”.

A reconstituição do contexto em que surgiram os gateiros é o objeto deste capítulo. Porém, para compreender as dinâmicas sociais e os sentidos do trabalho desenvolvido por eles, é preciso retomar algumas observações sobre a história econômica de Almeirim, começando pela discussão do sistema de aviamento que sustentou a economia local desde, pelo menos, o século XIX. Rever esse sistema, aqui, permite conceber a sociedade local como um *continuum* de relações (SAUTNUCK, 2008).

3.1 Aviamento

Durante muito tempo o aviamento foi o principal elemento estrutural que regulou as relações sociais na Amazônia,¹² pois não se configurava apenas por um sistema de trocas econômicas, mas relações de troca simbólica e reciprocidade (WAGLEY, 1957). O aviamento era também um sistema marcado pela moralidade, pela cultura e sociabilidade características da região, que vigorou em variados nichos de produção e comércio de recursos naturais – seringa, balata, castanha, pesca e, no que interessa a esse trabalho, caças e couros.

Esse sistema configurou-se como uma estratégia das elites regionais para manterem o controle sobre os recursos naturais e a mão-de-obra local, auferindo lucros a partir deles. Se, em outras regiões do Brasil, a propriedade ou a posse da terra garantiam o controle das forças produtivas, na Amazônia essa lógica não era suficiente para garantir o controle sobre a produção, a mão-de-obra e o mercado, dado a vastidão territorial e a forma com que o extrativismo era executado.

O aviamento é basicamente um sistema de adiantamento de mercadorias a crédito, existia desde os tempos coloniais, mas foi na exploração da borracha que se consolidou como o sistema de comercialização e se constituiu em senha de identidade da

¹² O sistema persiste até hoje na Amazônia, com feições semelhantes às do passado, na pesca e no extrativismo de inúmeros produtos florestais não-madeireiros, mas não trataremos deste assunto neste trabalho, pois requereria outros investimentos.

sociedade amazônica, sendo no ciclo econômico da borracha que se estabelece e cria força na região (ARAMBURU, 2005, p.1).

O sistema se assentou em três elementos essenciais: 1) o financiador que representava mercado internacional; 2) o aviador ou patrão que vivia na região e comercializava produtos industrializados e outros bens de consumo – que não eram confeccionados ou encontrados na região, e eram adquiridos do financiador estrangeiro, direta ou indiretamente – em troca dos produtos florestais; 3) o extrativista que trabalhava nas florestas, obtendo as matérias-primas que seriam entregues ao patrão e por ele enviadas ao estrangeiro como pagamento daqueles produtos.

No sistema de aviamento, o aviador adiantava bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho necessários à atividade extrativista, como mantimentos, ferramentas, meios de transporte. Logo, o aviado constituía dívida com o patrão antes mesmo do início da empreitada. Só no fim da sua produção, que poderia levar entre seis e oito meses, como no caso da balata, ele restituía a dívida contraída com produtos que eram entregues ao aviador, a preços fixados por esses últimos.

Não raramente acontecia de os produtos do trabalho do aviado não atingirem os valores correspondentes aos das mercadorias adquiridas, a crédito, do patrão. Como esses valores eram abatidos da venda dos produtos florestais, nesses casos o aviado não tinha saldo e não podia pagar a dívida. Assim, permanecia em débito com o patrão, comprometendo-se a trabalhar para ele novamente no ano subsequente.

É importante compreender que essa relação de dívida entre aviado e aviador vai além da transação de produtos entre as partes. Uma dívida moral também é contraída nesse tipo de relação, por ambas as partes. O aviado deve corresponder de diversas formas, àquilo que percebe como uma “ajuda” dada pelo patrão ao lhe adiantar dinheiro e mercadorias. Por outro lado, o aviador assume o compromisso tácito de dar apoio à família do aviado enquanto ele está nas florestas por meses a fio e de lhe prestar socorro em casos de doença, acidentes e outras necessidades. Ao fazê-lo, reafirma seu prestígio junto aos seus aviados.

Frequentemente, então, aviadores e aviados mantinham relações além da exploração do trabalho e do recurso natural baseada no contínuo endividamento. Tanto que essas relações não cessavam com a venda do produto e conseqüente pagamento da dívida. As relações patrão e aviado são, portanto, muitas vezes representadas como laços ajuda, lealdade, confiança, amizade e parentesco.

Durante a época da caça comercial de gatos, os gateiros mantiveram praticamente as mesmas relações entre aviador e aviado que configuraram outros processos exploratórios na região – balata, seringa e castanha, por exemplo.

Era ele (o patrão) que aviava, por sinal era um senhor da Paraíba, Raimundo Torres. Até mataram ele aqui. Ele era o patrão, o chefe mesmo que tinha o dinheiro e era daí para caçar o gato. Era assim na época da balata, cada qual tinha o seu patrão e assim era o gateiro, quem aviava era o chefe. Você chegava lá: “Meu amigo, quero caçar um gato, dá para o senhor me arrumar uma mercadoria?” Aí eu ia, mas a maior mercadoria que se consumia era a munição. (Seu Teófilo)

Os gateiros passavam meses na floresta, caçando, mas eram inseridos nos circuitos do mercado internacional por meio das relações de troca baseadas no aviamento.

Após ser aviado por algum patrão local, sobretudo no final da estação chuvosa, um grupo de dois a quatro ‘gateiros’ deslocava-se às cabeceiras de igarapés, onde eram instalados os ‘currais’ iscados com a carcaça de algum animal (SMITH, 1976, p.362).

Em suma, o aviamento, enquanto sistema estratégico para a manutenção de atividades de extração de diversos produtos florestais, também tornou lucrativas as caçadas de gatos. Ele possibilitou aos padrões exercer o controle do trabalho humano em espaços muito vastos, e ter acesso a produtos de difícil obtenção, e que se ofereciam para o mercado internacional (SANTOS, 1980).

3.2 Almeirim, território de caça

A caça de onças para comércio de peles tornou-se importante em Almeirim na segunda metade do século XX.¹³ Do final do século XIX até então, a economia do município se baseava, principalmente, em produtos como seringa, balata e castanha, produtos que eram valorizados no mercado internacional. A maior parte da população local vivia, nesses períodos, da combinação de atividades como extrativismo, roça, pesca e caça.

¹³ Antes do interesse por fantasia de onça, o comércio internacional de couros e peles era direcionado principalmente para espécies como o veado (*Mazama nemorivaga*), a lontra (*Pteronura brasiliensis*) e o peixe-boi (*Dugongo*). Os couros animais eram utilizados para os mais diversos fins, especialmente na indústria fabril de vestuários.

Nesse tempo, caçar gatos era um ato fortuito para os habitantes locais, uma contingência caso o indivíduo se encontrasse com o animal na floresta. Conta Salvador que “a onça sempre esteve aí, antes tinha muita onça, mais muita mesmo, e, se o homem não se espertasse, era comido por ela”.

Seu Teófilo explica que ela não era procurada, e só era abatida em caso de perigo para o indivíduo. Nesses casos, seu couro poderia ser posteriormente comercializado junto com outros insumos da floresta, ajudando na renda, mas nada que se equiparasse com o então rentável comércio da seringa ou balata. Este, sim, era o principal comércio da época.

Porém, passado o ápice da exploração da borracha após a Segunda Guerra Mundial, e quando o valor de mercado da balata decaiu, nos anos 1960/70, em função de sua substituição por produtos sintéticos (CARVALHO, 2013), muitos extrativistas de Almeirim perderam suas fontes de renda. O que se seguiu foi um período de estagnação econômica em que a subsistência das famílias que dependiam do extrativismo ficou comprometida.



Figura 10: Almeirim na década de 1950/1960. Acervo particular.

No mesmo período, ocorreu o avanço de frentes de expansão representadas principalmente pelo projeto Jari, reconfigurando a estrutura agrária local e desarticulando as redes que sustentavam a economia extrativista (VELHO, 2013). Nas antigas áreas que tinham pertencido ao coronel José Júlio e aos portugueses, que

aviavam a população local em troca de recursos florestais, as florestas foram derrubadas e implantou-se o grande projeto norteado pela lógica do trabalho industrial, tão distintas das que regem o extrativismo tradicional na Amazônia.

O Estado promovia e chancelava esse e outros projetos exógenos orientados para a máxima exploração dos recursos naturais da região, mas não criava oportunidades para a população extrativista local, que se vê privada da natureza nesse novo modelo exploratório. Ao mesmo tempo, para ocupar as vagas de trabalho na região, fomentava a migração de pessoas de diferentes regiões brasileiras, em especial nordestinos, o que desencadeia uma busca contínua por abrir e ocupar novas áreas (VELHO, 1989).

A introdução do modelo exógeno de exploração dos recursos da região desencadeou uma "desintegração do sistema de exploração de mão de obra indígena e local" (DAMATTA, 1993). As mudanças foram profundas e ocorreram em vários aspectos da vida da população. Por um lado, abalaram as relações de dádiva, reciprocidade e troca que eram marcantes no sistema de aviamento de gêneros florestais. Por outro lado, a relação entre homem e natureza também se alterou, com a emergência de outros modos de percepção e exploração de seus recursos. Neste contexto é que a caça comercial de felinos se desenvolveu.

A hipótese desta pesquisa, então, é que esse período histórico do surgimento da caça comercial de gatos correspondeu a um vazio institucional, já que as redes tradicionais do aviamento estavam abaladas e o Estado era ausente, na medida em que não criava políticas de estímulo à produção tradicional da região, que não encontrava trabalhos a partir dos quais pudesse gerar renda monetária para aquisição de bens de consumo que não podiam produzir.

“Eu olhava para um lado, olhava para o outro e nada” – diz Seu Teófilo, referindo-se à falta de perspectivas de trabalho, com que ele e outros tantos homens se confrontaram na época. A única opção que vislumbravam para ganhar algum dinheiro era o trabalho assalariado na indústria da celulose da Jari, mas não havia vagas suficientes para absorver a mão-de-obra local.

Nesse cenário, homens como Seu Teófilo, já conhecedores da floresta, foram facilmente atraídos para trabalhar na posição mais baixa e arriscada do comércio internacional de peles. Como diz ele: “Meu filho, eu tinha criança para criar, e, se já não dava mais balata e queriam fantasia, era isso que eu iria fazer”.

Indivíduos dotados de mais posses e riquezas também foram atraídos para o negócio e lançaram mão da já conhecida estratégia do aviamento para arregimentar os gateiros e lucrar a partir do seu trabalho. É o que conta Chico Onceiro:

Foi quando eu cheguei aqui e encontramos essa facilidade da mão de obra. Balateiro tudo aí, sem ter o que fazer. E o meu irmão já veio de Altamira com uma turma de pessoas pra caçar gato na mata, gato maracajá, gato e onça pintada. Nessa época, o preço era muito alto.

As relações de aviamento na caça de gatos mantiveram o mesmo padrão que prevaleceu no ramo da seringa e da balata. Os patrões mantinham os gateiros até chegar o tempo de eles subirem para as matas. Quando chegavam de volta na cidade e vendiam-lhes o couro dos gatos, recebiam o saldo (caso houvesse) e ficava um tempo na cidade, esperando a próxima temporada de caça.

Era chegar, pesar o produto, ajustar a conta e aí pegar aquele dinheirinho e dava aquela “bafuretada” e aí subia de novo para explorar, como se diz. É que ficávamos pouquinho na cidade, que era desse tamanhinho, e não tinha como ficarmos aqui, era melhor ir para a mata mesmo”. (Seu Teófilo).

Nas caçadas, a lógica que utilizavam a floresta era orientada para a exploração imediatista e predatória, distinta daquela que praticavam tradicionalmente. Constituíam um tipo de exploração que

Toma a natureza tal como ela é, colhendo seus frutos mais evidentes, sem a preocupação de interagir com ela de modo mais intenso ou sistemático. Nesse tipo de extrativismo é o homem que segue a natureza, não o contrário, corroborando a motivação predatória dos portugueses (DAMATTA, 1993.).

Todo o imaginário da natureza como uma projeção compartimentada da vida cotidiana, oposta da civilização, algo idílico para ser desfrutado pelo homem, não encontra um relativo para os homens que caçaram onça. Para eles a natureza era fonte de sustento, ela é cotidiana e dela provém sua subsistência.

Me desculpe, mas foi um serviço que eu fiz por necessidade, mas muita necessidade mesmo, minha amiga, porque a gente olhava para os quatro cantos e não tinha um centavo. Era o jeito se arriscar, e Deus é tão bom, que fomos muito felizes e conseguimos suprir aquela necessidade, e desde aquela época para cá a coisa não evoluiu, mas também não piorou, e por isso podemos estar aqui contando essa história (Seu Teófilo).

Se, como afirma Lévi-Strauss, as “categorias empíricas, como a do cru e do cozido, do fresco e do podre, de molhado e de queimado” permite compreender a relação entre homem e natureza, não como categorias estanques, mas unidas, então

relação entre gateiro e gato também deve ser compreendida como natureza e cultura ao mesmo tempo. Viva, no seu ambiente natural, ou morta para comercialização do couro, a onça é parte do todo, parte da floresta e, assim como outros produtos, passível de exploração. Então, a onça é natureza – o animal cuja ferocidade inspira temor aos homens na floresta – mas também revestida de valor monetário, paradigmática da cultura econômica da época.

Devido ao interesse internacional por couro de onça e às suas características geográficas e da biodiversidade, o município de Almeirim atraiu gateiros vindo de vários lugares do país, que se espalham nas florestas da região. O relato de Seu Francisco, morador da comunidade de Recreio que trabalhou como gateiro, balateiro, seringueiro e castanheiro, dá uma ideia da disseminação dessa atividade ao longo do rio Paru:

A região Paru e Jari foi afetada da boca até as cabeceiras, dos igarapés grandes no Paru como o Maratiá, com os afluentes de um lado para o outro era tudo cercado pelos gateiros [...] Sabe, meu filho, veio homem de todo lugar caçar onça, caminhando pela mata de Altamira, de Santarém, Mato Grosso, iam varando essa mata da boca do Paru até o Suriname. Não tinha uma grota, um igarapé que não tivesse caçador colocando armadilha (senhor Francisco, gateiro).



Figura 11: Cachoeira do Panãma. Fonte: Imaflora, 2017.

Observe-se que o rio Paru possui 710 km de comprimento e não é de fácil navegação. Entre as partes “mansas” e navegáveis do rio existem cachoeiras, das quais as mais conhecidas são a cachoeira do Panãma e de Acutumã. De acordo com Seu Francisco, todo esse trecho foi tomado por gateiros. Contudo, não existem dados da quantidade de homens que exerceram esse ofício e nem sobre quem eles eram. Sabe-se apenas, como diz Chico Onceiro, que toda “essa mata foi revirada”.

Só o meu irmão tinha aqui duzentos homens, só apra matar gato e onça. Então, essa mata foi revirada. Caboclo entrava em Marabá e saía aqui, entrava aqui e saía em Santarém por dentro da mata, com essa caça, e ele fornecia essa quantidade de homens (Chico Onceiro).

Esses relatos orais dão conta de aspectos da ocupação da região pelos gateiros, dos contatos que esses personagens tiveram com outros homens e das relações de troca e trabalho que foram criadas diante dessa realidade, e que exerceram influências sobre estes homens e sua memória, seu trabalho, território e sociabilidade.

4. CAÇANDO GATOS

Embora a cultura tradicional tenha promovido a conservação no passado, as necessidades induzidas pela articulação com a economia de mercado levaram inevitavelmente a mudanças culturais e à superexploração dos recursos naturais (CUNHA, 2009).

Este capítulo focará as práticas dos gateiros e as técnicas que usavam para apreender e abater os animais. Discutirá, a partir desses elementos, a relação homem-natureza sob uma ótica antropológica.

As discussões sobre natureza e cultura são presentes na antropologia desde a sua própria constituição como ciência autônoma. Lévi-Strauss, em um clássico livro sobre a temática, mostra que os animais, antes de servirem para comer, servem para pensar. Na verdade, “O Pensamento Selvagem”, publicado pela primeira vez em 1962, discute o conhecimento humano, buscando na origem do fenômeno social o processo de passagem da natureza para a cultura.

Mas a separação entre homem e natureza, ou entre natureza – como algo biológico, dado, fruto da essência humana – e cultura – como algo adquirido, construído – é dada apenas para fins metódicos de análise, com alcances e limites. De fato, essas e outras dicotomias têm sido longamente debatidas nas ciências sociais, repousando na separação entre esses termos a maior fragilidade da questão estudada, afinal, homem não é também natureza? Pensando-se o natural em contrapartida ao cultural, de que forma e por meio de qual processo a passagem entre natureza e cultura ocorreria?

O processo de unificação da matéria inicia com a quebra desse paradigma cartesiano quando Bruno Latour (1994) propõe a junção do natural e do cultural, uma concepção híbrida também sobre os conhecimentos científicos e tradicionais, proporcionando um fecundo espaço para estudos que, ancorados nessa percepção de mundo unificada e reconhecendo diferenças ontológicas, buscam novas respostas para questões envolvendo as relações homem e natureza, humanidade e animalidade.

Esse é um tema muito caro para a Antropologia, talvez o primeiro passo para a disciplina na construção de questões e definições para abordar o homem como animal provido de cultura. Se, em uma primeira análise, parece óbvio o que constitui a humanidade ou a animalidade, essa não é uma questão pacífica em todos os campos de

estudo, sejam eles de cunho biológico ou social. Muito menos existe uma ideia única sobre esse tema entre as populações na Amazônia (VANDER VELDEN, 2015).

Justamente por isso, um dos caminhos que seguimos nesse trabalho é analisar o processo que desencadeou a caça comercial de felinos em Almeirim, buscando entender o tipo de relação entre homem e natureza que norteia os gateiros. Partindo de narrativas desses homens, espera-se compreender sua relação com a caça, com o meio e com a sociedade onde vivem.

Entende-se que a relação do homem com a caça na região amazônica é estreita e antiga, e que, juntamente com o extrativismo e a pesca, ela foi responsável pela ocupação de longa duração dos povos ameríndios (NEVES, 2008). Da mesma forma, foi essencial para o sucesso da empresa colonial dos portugueses, na medida em que garantiu suprimentos satisfatórios de carne e gordura, possibilitando a permanência de homens e mulheres na região (FIORI, 2015).

Passados mais de quinhentos anos, até hoje, caçar faz parte do cotidiano de várias comunidades amazônicas. Trata-se de uma atividade de subsistência que mobiliza conhecimentos tradicionais sobre o território, o comportamento dos animais e técnicas específicas que têm sido transmitidas há gerações. Quem caça, o faz obedecendo a um conhecimento sobre a floresta, a época de reprodução do animal caçado e o território que ocupa seus hábitos, por exemplo.

Se isso já não fosse suficiente para instigar a reflexão sobre o trabalho dos gateiros sob a ótica dos conhecimentos que mobilizam, esses personagens sugerem ainda outras questões desafiadoras para o pensamento antropológico. Ao contrário da maioria das representações e análises antropológicas sobre a caça nas populações amazônicas, os gateiros praticavam a caça como fonte de renda, mantendo com os animais um tipo de relação distante das categorias naturalizadas sobre o tema.

Inspirado em Said (2005), argumento neste trabalho que pensar a região amazônica como se fosse homogênea não só não dá conta de sua complexidade, como também silencia uma grande parcela de sua população. Neste sentido é que privilegio o ponto de vista dos gateiros, expresso em suas narrativas, para abordar a questão de pesquisa, levando em consideração sua narrativa sobre o ofício da caça.

4.1 Os gatos

Assim como o couro, a onça e o gato maracajá (*Panthera onca*.) foram rebatizados pelos gateiros, nomes como pantera, pantera negra ou gato, foram sendo

atribuídos. Apesar da pelagem escura da pantera negra, ela nasce na mesma ninhada das panteras amarelas, o que acaba provocando algumas variações na pelagem dos felinos.

Essas variações são observadas de maneira especial, pois os caçadores, para identificá-las e distingui-las, levam em conta características de tamanhos, formas, espessuras, cores e desenhos característicos. Os gateiros, conhecem os felinos partir das percepções particulares classificadas em função da experiência, os quais compõem um conjunto integrado de características que dão harmonia aos corpos dos animais.

Outra espécie muito conhecida e procurada foi *Puma concolor*, conhecida como onça suçuarana, a “mais esperta das onças”, pela difícil captura em armadilhas. Muitos caçadores, como Salvador, comentam sobre a espécie, tida como a “a mais velhaca”, mas menos valorizada no mercado da época.

A onça é o terceiro maior felino do mundo, na floresta amazônica é o maior mamífero predador. Uma onça pesa entre 50 e 90 quilos, podendo chegar até 150. Esse fator tem importância pela relação entre o tamanho, o estado da pele e o preço comercial, a qual variava.

Assim, existia demanda pelos grandes e pequenos couros, porém se as pele fosse “maltratada” era considerado de má qualidade, isso conseqüentemente refletia no valor adquirido por ele no comércio.

Caía nas armadilhas nós matávamos, fosse filhote ou adulta, matávamos o gato (maracajá) que já era pequeno, então não tinha problema em pegar um desse, o pelo era mais macio e tinha seu valor (Sabiá, gateiro)

Segundo muitos gateiros, como Sabiá, antes do couro de onça ter valor no mercado internacional era comum ouvir a onça “esturrar”, ver pegadas ou mesmo encontrá-la na floresta, “Rinha muita onça nessas matas, Deus o livre do cabra achar uma dessas na mata” (senhor Duca Moraes), pois não havia razão para caçá-las.

Outros felinos também foram caçados pelos gateiros, tanto pela facilidade de caça quanto pela demanda de mercado. Felinos como o gato maracajá ou gato do mato, como é popularmente conhecido (*Leopardus wiedii*) e a própria “jaguatirica”, foram bem visados.

A jaguatirica se diferencia da onça pintada por ser menor, chegando a medir pouco mais de um metro, da cabeça até o fim da cauda. Ela foi intensamente caçada, em determinados momentos, por ser uma espécie em abundância na época.

Como bem ressalta seu Salvador, “se onça tinha muito, imagina gato maracajá, chega era fácil ver”. Relatos sobre a abundância são recorrentes na região do Paru,

porém, esses animais eram bastante curiosos, o que facilitou a captura dos mesmos. Seu Sabiá, caçador antigo, nossa conta “se eu pegava uma, duas onças numa matança, conseguia na mesma tarefa uns vinte gatos maracajá.

Todos estes felinos, encontrados por quase todas as florestas da América do sul, foram intensamente caçados, e o couro foi produto valorizado como produto importante no abastecimento do mercado internacional. Preocupado com essas questões, sobre o comércio e exportação, Antunes (2015) nos mostra como, milhares de animais abatidos e exportados principalmente para o exterior, tiveram o interesse comercial do couro intensificado pelo declínio do ciclo econômico da seringa. Essa interpretação nos leva a pensar na relação entre gateiros e floresta, pois esses homens se valeram dos conhecimentos construídos e obtidos sobre ela, ao longo de gerações, para retirar dali o que o mercado internacional necessitava na época.

4.2 Os gateiros em seu ambiente

Eu nasci aqui, meu pai também era caboco daqui e o pai dele também.

(Duca Moraes)

Durante a pesquisa bibliográfica percebemos a carência de estudos sobre a caça comercial realizada na Amazônia, que partissem da percepção dos gateiros. A maioria das pesquisas sobre o tema enfoca o caráter predatório da atividade e seus danos à biodiversidade na região. Não foi encontrado, porém, trabalho que privilegiasse a compreensão que os próprios caçadores têm de tal ofício.

Entre as obras que se debruçam sobre Almeirim também não foram encontradas menções aos gateiros. Em geral, essas obras enfatizam a biodiversidade das florestas do município, a presença de povos indígenas, a história do coronel José Júlio e de seus sucessores na posse das terras até a implantação do projeto Jari nos anos 1970. Vale lembrar que essas terras compreendem uma grande parcela territorial do município e que nela reside um grande número de pessoas e conseqüentemente naquele espaço exercem sua atividade extrativista, de caça ou agricultura (LINS, 1994).

Diante desse quadro, projetou-se a pertinência de um trabalho que se concentrasse em narrar mais precisamente as histórias gateiros, a fim de compreender seu ponto de vista sobre o ofício que realizaram. Nas primeiras investidas para conversar com os gateiros em Almeirim, o tema parecia ser evitado, porém aos poucos histórias foram sendo contadas sobre o assunto, informando sobre memórias e

trajetórias pessoais, mas ao mesmo tempo sobre a região e suas dinâmicas econômicas e sociais.

Sempre residindo na região e dela tirando seu sustento, os gateiros nos contam que "tiravam" uma semana de canoa entre a sede do município e a cachoeira do Panãma, no rio Paru. Essa cachoeira é a primeira de uma série, que vai desde a Comunidade do Recreio, subindo o rio, até o Suriname próximo a Aldeia Bona.

Essa é precisamente a primeira parada para os caçadores, e por ser uma cachoeira e de difícil transposição, muitos paravam pela mata para abrir picadas, pelas quais costumavam puxar, com tração animal ou empurrando com a ajuda de seus companheiros de trabalho, uma canoa que asseguraria a entrada dos mesmos por caminhos mais estreitos.

Essa cachoeira também foi local de encontro para troca de mercadorias e também como lugar de repouso, tanto para os caçadores quando para alguns indígenas Apalai, os quais costumavam "parar por ali" com o mesmo intuito, de estabelecer comércio e negociar refúgio.

Nessas expedições costumava ir tanto os caçadores mais experientes, quanto os novatos. O senhor Teófilo conta que certa vez foi para a floresta tirar balata, e, juntamente com seu tio, levaram um "brabo", um rapaz em sua primeira atividade na floresta. Na verdade, ele tenta mostrar por sua fala, como os novatos tinham a oportunidade de obter as habilidades necessárias para se tornarem "mansos", ou experientes.

Para enfim ser conhecido como "manso", os mais novos trabalhavam como ajudantes em muitas tarefas no acampamento, as principais eram cozinhar e pescar. Certa vez, um homem "brabo", recém-chegado da região nordeste do país, adentrou a floresta, convidado por Teófilo, até chegarem em uma clareira de onde avistaram dois filhotes de onça, brincando.

Eles estavam afastados um do outro e quando Teófilo percebeu que o rapaz queria apanhar os filhotes, pois estava impressionado. Teófilo ainda acrescenta, "achou bonitinho, para você ver como eram as coisas naquela época", após uma breve conversa ambos decidiram deixar os animais tranquilos, na companhia da mãe.

Percebe-se, assim, que dentro desse universo, relações como essa, de aprendizagem entre caçadores "mansos" e "brabos", foram sendo estabelecidas e amarradas. Tanto nos anos de intensa extração de seringa das florestas, quanto na época da grande procura pelo couro felino, os homens na floresta precisavam um do outro.

Nas expedições no meio da mata era importante e necessária a criação e laços de confiança, pois nas situações mais tensas e perigosas cada caçador contava com o outro. Nas expedições para extração de seringa era comum o trabalho conjunto entre os homens, pois os mesmos conviviam durante longos meses, mais que trabalhando no meio da selva, sobrevivendo juntos:

Quando era na época da balata depois do trabalho lá pelas cinco horas, íamos todos para o rio e ficávamos brincando e era assim todo o tempo, porque tinha que ter camaradagem, porque era um trabalho muito pesado e perigoso (Seu Teófilo).

Nesse sentido, tirar e trazer toneladas de seringa pelos rios era atividade conjunta. Pelo contrário, durante as caçadas de onça isso já não acontecia como explica Teófilo: “Meu filho, me diz como é que eu vou brincar com homem armado dentro do mata”.

Ele nos conta sobre os relatos de mortes em acampamentos, fruto da disputa por couro de onça. Segundo ele, “sumiu muito homem nessa mata”, pois foram inúmeros os aventureiros que se arriscavam na caçada vindos de diferentes partes do país.

Se, por um lado, para tirar a seringa da floresta era preciso à ajuda de todos, na caçada da onça não era preciso, a única ajuda era do “jamanxim” (tipo de mochila indígena feita de cipó) usada para carregar os inúmeros couros secos dobrados, sendo que um couro poderia valer quase que uma tonelada de seringa.

Seu Teófilo nos contou uma história que é facilmente reconhecida entre estes homens que viveram da atividade extrativista na região:

Perdi um amigo por briga, brigaram pra lá e se mataram, um matou o outro, o freguês matou o patrão, em 1964, até hoje eu me lembro, foi numa sexta feira dia 15 de maio, o dia desse acidente, e briga nesse tempo lá para o alto era chumbo ou terçado. Mas morte mesmo foram poucas, finaliza. Mas para se caçar onça os tempos eram outros, a "turma" era menor, assim como o tempo que se passava na floresta.

Sobre os tempos nas expedições, Salvador acrescenta:

Olha, passava um mês, um mês quinze dias, dois meses no máximo, é porque quando era época dos gateiros, era farto, era rápido para fazer uma matança, negócio de vinte, trinta bichinha era rápido.

Temos frente a frente duas atividades presentes no histórico de vida de muitos trabalhadores na Amazônia, que se diferenciam por muitos fatores. Percebemos, porém, que ambas integram uma forte característica da dinâmica das atividades na região.

Nesse cenário, a relação homem e natureza nos apresenta a chave para compreender porque homens que lidam diariamente com atividades ligadas a floresta atribuem, a partir do trabalho como gateiro, a certas animais qualidades humanas, como “a onça é esperta”, “a onça é velhaca”, “ela sente quando o homem é covarde”, etc. Pensamos a onça como uma categoria empírica, nativa, como a onça vista, descrita e simbolizada dos gateiros, pois como bem ressalta seu Duca Moraes:

Qualquer um que tivesse coragem para andar no mato ia, era coragem do caboco e a onça conhece o cabra que tem medo dela, se você passar e tiver medo dela ela te rasteja, mas se tu não tiveres medo dela ela faz cheirar e não vai atrás do teu rastro, vai ao do outro.

As narrativas dos gateiros nos trazem algumas percepções sobre a construção desse tempo em que a onça é elemento importante no conjunto do patrimônio simbólico das pessoas que vivem na região do Paru.

Muitos conseguem narrar o antes, o durante e o depois do período de interesse intenso sobre o couro. Porém, é sobre a técnica da caça que a maioria gosta de falar. Essa técnica começa pela fabricação de armadilhas, as quais foram elaboradas e usadas especialmente para a caça dos gatos.

Essa armadilha foi pensada em grande medida por gateiros vindos de outras localidades, e por outro lado é fruto das redes de sociabilidades criadas por essa atividade, estruturando sistematicamente uma realidade específica, marcada pela coragem e pela necessidade de trabalho.

Dependia tanto da coragem e a disposição, pra todo tipo de serviço, pra subir qualquer um podia ir, mas o negócio era a disposição de fazer o trabalho era esse o maior problema, só que no meu tempo tinha, não tinha malandro, o cara tinha que ter o * como se diz, hoje tudo é moderno, tudo é facilidade, pra uma roça tem a moto serra, pra fazer a farinha tem o motor, tem tudo favorável, naquele tempo tudo era manual ou era ou deixava de ser (...) eu passei o pão que o diabo amassou pra criar 10 filhos que vocês viram lá (comunidade de Cafezal, Paru) e outros espalhados pelo Jari, aqui (Almeirim) e isso é só a tinta, o começo da história (Seu Teófilo).

A instauração dessa ordem, ou seja, a lógica que utilizam para explorar os produtos da floresta é o que organiza sua relação entre homem e natureza. Ainda que não seja nenhuma novidade a caça e pesca para os povos amazônicos, não causando nenhuma estranheza sua prática, sendo assim estão todos familiarizados com "aqueles corpos ainda quentes que se vão esfolar, estripar e cortar para cozinhar" (DESCOLA, 1998 p. 29).

4.3 Só espero mulher, pra onça eu faço armadilha...

Na região do Paru, a atividade da caça era desenvolvida rotineiramente pelas populações nativas. Não foi raro ouvir dos gateiros relatos de que foram indígenas que “ensinaram meu pai a caçar”, como disse Seu Salvador. Tudo indica que essa troca de conhecimentos proporcionou a maestria no manuseio instrumentos, no uso de técnicas e formas de capturar diferentes espécies, desde a escolher do animal até a forma de abatê-lo. Esses conhecimentos também orientavam quanto à quantidade de caça que era aceitável capturar, e dispunham sobre os motivos pelos quais os indivíduos eram autorizados a caçar. Ou seja, os conhecimentos tradicionais da caça aliavam as técnicas a uma espécie de moral da atividade.

No Paru, quando os gateiros foram caçar onça comercialmente, outras regras foram instauradas. Lidaram com outros homens, vindos de outros lugares e com outras técnicas. Constituíram conhecimentos novos que se referiam a outras técnicas e fundamentos morais da caça.

Sobre os tempos que correspondem ao início da atividade, os relatos obtidos na pesquisa eram de fartura de caça, tanto para alimentação, quanto para fazer isca para capturar os felinos. O número de onças disponíveis para abate também era grande. Mesmo assim, a caçada requeria técnica e coragem do caçador.

Para aumentar a probabilidade de sucesso, os caçadores precisavam ter um profundo conhecimento não só sobre a floresta, mas também sobre os animais e seu comportamento. Eles precisavam estar familiarizados com os sons emitidos pelos animais, ter habilidade para localizar, reconhecer e perseguir rastros. Também deviam conhecer bem as plantas que, ao servirem de alimento para as possíveis presas, indicam o melhor lugar de tocaia ou as áreas onde as presas poderiam ser mais facilmente encontradas (FIORI, 2015).

O período preferencial para se caçar onças era o início do verão amazônico. Os gateiros subiam o rio Paru em junho, que é quando as onças entram em período de

reprodução: “Elas começam a namorar nessa época, e dá para ver um monte junta, explicou Duca Moraes. No período de acasalamento também ficam mais vulneráveis à captura. Os gateiros explicam que essa é a época em que a onça esturra.

Faz um grunhido desgraçado no mato e pode se escutar de longe, e quando está na época da reprodução mesmo, quando dá 16 horas, 17 horas ela começa a roncar. Tííí tííí para todo lado, e aí elas vão se juntando até formar aquele grupo, até doze eu já vi, doze onças. Quando ela está na reprodução, ela só anda de lote, mas, fora disso, no máximo duas. Aí ela junta, não tem distinção, porque no mato nós temos a onça preta; a sussuarana, que é meio avermelhada e tem uma maçaroca no rabo, tipo rabo de veado; e tem a onça vermelha mesmo, que tem o rabo que nem a outra; e aí tem a pintada, que chamamos de maracajá; e a pintadona mesmo, malha graúda. Essas qualidades de onça que tem aqui no Pará e aqui no Brasil, que eu já andei pra banda do Mato Grosso e só vi dessas (Seu Salvador).

Guiando-se pelo ciclo de reprodução do animal, os gateiros atuavam principalmente nos meses mais secos do ano. Nesse período, também, como a água na floresta ficava escassa, os felinos desciam até os cursos d’água e assim eram mais facilmente capturados. Então, essa era a época em que os gateiros entravam nas florestas e montavam as armadilhas, e aí permaneciam entre dois e cinco meses para caçarem a maior quantidade possível de animais.

Para os gateiros, o conhecimento sobre o comportamento dos animais fora adquirido em atividades cotidianas na floresta, afinal, durante muito tempo essas pessoas manejaram a floresta e os produtos que dela exploravam. Nas caçadas, aperfeiçoaram o que sabiam.

Uma estratégia de captura era a “espera”, muito utilizada para a caça de subsistência de animais de pequeno porte. Essa técnica consiste em aguardar a presa em um lugar estratégico. Todavia, ela resulta em muito trabalho e, no caso dos felinos, demanda tempo e coragem para encarar um animal perigoso. Ainda mais que a caçada se daria de noite na mata. Então, os alçapões foram introduzidos no ofício, como contou Chico Onceiro.

Não, ninguém conhecia isso, surgiu primeiro em Altamira e de Altamira fomos os primeiros a chegar aqui com esse tipo de comércio e aí encontramos esses balateiros sem ter o que fazer aí, foi quando a balata perdeu o valor e ninguém comprava mais e o pessoal aqui todo desesperado é que aqui desde o princípio era balata né, mas aí veio o gato e supriu essa necessidade, foi muito dinheiro que correu aqui, chegava dinheiro aqui de avião na saca, assim cheinha amarrada pela boca. E não era só nós,

nós tínhamos duzentos homens e outros que tinham aí também e que caçavam, isso virou...

O domínio de técnicas era importante, como, por exemplo, o modo de se fazer as armadilhas em forma de alçapão, uma modalidade que não era utilizada na região até os anos de 1960, segundo os entrevistados. De acordo com seus relatos, não se caçava onça dessa forma até o couro de gato se tornar uma fonte rentável.

Essa caça era feita nesses igarapés de dentro das matas, eles armavam os alçapões nas margens dos igarapés, cada homem daqueles tinha uma margem de uns oitenta alçapões e a noite sempre de noite, esse tipo de animais vinham pra beira dos igarapés pra se alimentar daqueles bichos que iam beber água de noite e aí via os alçapões, com uma isca de mais ou menos um quilo de carne pra iscar e eles rodeavam o alçapão e entravam pra pegar a carne, quando eles abocanhavam a carne, quando puxavam, a tampa caía e (faz gesto com a mão explicando que fechava rapidamente) e era estreitinho assim e eles não podiam mexer, ficava com a frente pra lá, e de manhã o caçador chegava matava e iscava o alçapão, agora você imagina, cada alçapão desse no mínimo um quilo de carne pra iscar, só nós tínhamos duzentos homens, cada homem desse com oitenta alçapão, quanto de carne você calcula aí que tinham que matar de outros tipos de caça, porque da onça não servia pra iscar, era queixada, caititu, anta...isso era, espingarda comia aí, pra pegar as carnes e iscar os alçapões, quer dizer, era uma coisa terrível, a gente não tinha noção da coisa, hoje, como é que pode né? Cansei de ver dentro da mata rebanho de anta, oito, dez antas e o cara largar a espingarda e matava quase tudo (Chico Onceiro).

Na falta de atividade que suprisse as necessidades dos homens que viviam na região, diante do aumento de interesse comercial por couro e da intensa migração que usam novas táticas de caça aos gatos, o alçapão ou armadilha é adotado como meio comum para promover a caça comercial na região.

O tempo que se ficava na mata caçando era relativamente curto em relação a outras atividades extrativistas. Os gateiros ficavam na floresta em média um mês e meio ou, no máximo, dois meses. O couro não poderia ficar tanto tempo sob as intempéries da floresta. Os insetos e a umidade apressavam a volta para a cidade. Mas logo que o produto fosse vendido para o patrão, sobrando o saldo do que havia aviado para garantir a empreitada, o caçador só tinha tempo de descansar, ver a família e retornar para a floresta a fim de caçar mais onça.

O retorno financeiro das caçadas era também relativamente maior que o de outras atividades praticadas naquela região. Segundo Seu Salvador, “um couro de onça

grande, bonito, sem “ura” (buraco) e bem tratado valia mesma coisa que uma tonelada de balata”.

Pensar nessas armadilhas como uma analogia ao trabalho de Lévi-Strauss (1962) faz com bricolagem, essa junção de técnicas e formas diferentes de ver o mundo, a onça e a floresta passando por essa transformação, segue a mesma dinâmica de exploração é claro, mas em outra lógica. Extrair da floresta a maior quantidade de produtos para, então, retornar para a cidade, era a lógica que orientava a vida cotidiana dos gateiros.

O gateiro que vem de fora e “traz a ideia da armadilha” completa, de certa forma, a desestruturação da utilização da floresta por meio da empresa Jari. Um uso diferente do que se usava anteriormente, a armadilha para pegar catitu (*Pecari tajacu*) aumentou, dos cipós vieram os troncos fortes para conterem a onça, a isca agora são macacos ou partes de animais grandes, esse processo de reconstrução de técnicas e surgimento de uma nova.

Os gateiros, depois de escolhido o lugar em que fariam o “rabo de jacú” acampamento suspenso feito de árvores e cipós, saíam para a confecção das armadilhas, cada um era responsável por todo o processo e seu sucesso ou fracasso na empreitada era individual.

A armadilha era uma jaula feita de madeira, de preferência de madeira dura, como a paxiubeira (*Socratea exorrhiza*) ou o açazeiro (*Euterpe oleracea*), unidos por cipó grosso e sem espaço para que o animal possa se locomover dentro. Esse alçapão mede em torno de dois metros de comprimento por um metro e meio de largura. Os troncos firmes fazem a lateral e as árvores mais flexíveis fazem os arcos que irão contornar o alçapão. Ao fundo deve ser colocada uma isca que deve ser preferencialmente de caça fresca.

Tinha que ser caça fresca, não podia ser salgada, de preferência macaco aranha (*Ateles paniscus*) ou aquele prego (*Sapajus*) mesmo, aquele enxerido que dá muito no mato, não pode usar caça velha que a onça não gosta, carne fresca chega ela vem de cabeça baixa farejando e já dá de cara com a arapuca (Salvador).

Matava-se a isca, cortava-se em pedaços e fazia um rastro no mato abrindo uma picada, Caminho aberto no meio do mato, levando até o fundo da armadilha, colocava-se a isca bem no fundo do alçapão. Assim, quando o animal entrasse, a armadilha fechava e lá ficava a presa. Como as armadilhas eram armadas sempre no fim da tarde, que era o horário que as onças saíam para caçar, aguardava-se o outro dia para ir abatê-la.

Na hora do abate, tinham que tomar cuidado. Acidentes foram poucos, como os gateiros contam, mas todos se lembram do que aconteceu com um gateiro chamado Miracaia. Ele ficou cego de um olho ao se aproximar demais da armadilha, e a onça desferiu um golpe em seu rosto pouco antes de ser abatida.

Os gateiros foram questionados sobre quais sentimentos foram suscitados ao estarem tão perto da onça, sobre o que sentiam ao matar um gato maracajá estrangulado por cipó, atirar em onça com filhote e depois abater o filhote. Se essas ações são passíveis de reprovação por alguém distante daquela realidade, o afastamento entre afeto ou não em relação ao animal é, como aponta Descola (1998), uma construção cultural e social. As distâncias, nesse caso, são ordenadas em escala de valor. No caso específico pesquisado, a caça para comer e a caça para vender couro tendem a ser vistas como em franca oposição. Trata-se de uma realidade muito distante da realidade das cidades, onde se tem os povos tradicionais como os “grandes guardiões da floresta e seus animais”. Percebe-se, enfim, que essa visão da natureza que não deixa de ser etnocêntrica, não consegue abarcar a complexidade da realidade vivida pelos gateiros.

A solução desse dilema foi formulada muitas vezes em termos morais: consciente do dano que é obrigado a causar a um de seus semelhantes, o caçador se empenharia em todos os tipos de compensações simbólicas para aliviar sua má consciência e precaver-se das consequências que seu ato não poderia deixar de acarretar. Mas daí a lhe imputar um sentimento de má consciência e a derivar desta os comportamentos na realidade muito diversos que caracterizam o tratamento da caça na região, há um passo que me recuso a dar. (DESCOLA, 1998, p. 30).

Mesmo entendendo que não sentiam medo ou culpa da forma e estrutura onde “até o mais sensível dos ambientalistas acredita que com um pouco de educação ambiental as pessoas irão parar de caçar, se alimentar ou vender seus produtos” (DESCOLA, 1998), tal questão reflete sobre como que um animal que até pouco tempo era temido e se evitava o contato, não existia interesse comercial sobre ele e em um processo de necessidade de subsistência passa-se a caçá-lo indiscriminadamente a ponto de causar uma comoção internacional pedindo o fim da caça de onças na Amazônia.

Um discurso comum sobre esse período é de que “não era caçada, era matança” entendemos que seja talvez por representar um período de extrema necessidade e escassez de trabalho e como o Chico onceiro contou:

Agora você imagina, cada alçapão desses no mínimo um quilo de carne pra iscar, só nós tínhamos duzentos homens, cada homem desses com oitenta alçapão, quanto de carne você

calcula aí que tinham que matar de outros tipos de caça, porque da onça não servia pra iscar, era queixada, catitu, anta" [...] "naquela época não sabíamos o valor de ver uma árvore em pé, o quanto ela demora para crescer, quando cortávamos uma castanheira era uma gritaria porque sabíamos que era dinheiro, mas e aí? (Chico Onceiro).

Seu Sabiá disse que uma vez sentiu pena quando chegou à armadilha e viu uma onça dentro. Contou que ela parecia triste, mas ele logo se adiantou e completou o serviço. Quando tirou o couro, viu que estava cheio de ura e os ferimentos que ela já trazia eram de doença, e completou: “Era melhor ter deixado a bicha ter ido embora, essa é a única vez que me lembro”.

Os gateiros relembram com certa tristeza algumas passagens, não pelas caçadas, mas pelas necessidades que eles e suas famílias passavam durante aquele período. Se pensarmos que questões como reciprocidade, predação e dádiva constituem as três formas de relação entre os humanos e os animais que, ao menos em duas delas, parecem dissimular, sob a aparência de uma relação social livremente consentida, a violência efetiva exercida pelo caçador contra a caça (DESCOLA, 1998).

Pensar nesses espaços e narrativas sem buscar entender como esses homens compreendem seus atos e quais são as consequências para eles é talvez tentar colocar suas ações em rótulos estanques que encontrem relação direta com a visão de mundo das pessoas que percebem o mundo e exploram a natureza em outra perspectiva. Conforme Ingold (1994), “sempre arriscado colocar uma etiqueta sobre esses valores, mas esta é a servidão de todo procedimento analítico e a condição para explicitar o que poderia ser chamado de estilo distintivo, ou ethos de uma sociedade”.

Dessa forma o sentimento de culpa pela “matança” não pode ser colocado como um estigma sobre os gateiros, pois muitos sentimentos afloraram nesse ofício. O principal talvez esteja relacionado à mudança que questões econômicas os obrigaram a ter sobre a visão que tinham sobre a onça. Se antes ela era um animal que inspirava medo, portanto natureza, a necessidade econômica a transformou em couro para a moda, portanto cultura.

Os povos amazônicos tiram da caça e da pesca uma parte de sua alimentação. Quase todo dia os homens se confrontam, então, com a necessidade de fazer perecerem seres cobertos de penas, pelos ou escamas, mas que com eles se parecem por vários atributos. Todos conhecem as circunstâncias dessa destruição.

A morte dos animais e sua preparação não são dissimuladas em recintos afastados da visão dos profanos, como ocorre entre nós atualmente, e todo mundo na Amazônia é familiarizado desde a mais tenra idade com aqueles corpos ainda quentes que se vão esfolar, estripar e cortar para cozinhar. (DESCOLA, 1998, p.24),

Afastar a lembrança da onça como parte da natureza para sua caça é também um exercício que não seria para qualquer homem. Para ser gateiro tinha que ter coragem, pois “a onça conhece caçador medroso”. Podemos entender a onça como um sujeito de agência, fazendo dela uma participante do ato da caça, transformando o animal em polo ativo dessa relação.

Eu sei de umas quantas, tenho uma que é de um tio meu Pedro, isso foi lá em Alenquer, na beira do igarapé do “avona” é que eles queriam fazer um experimento, pra saber como fazia o alçapão e nós fomos e esse caboco era daqueles caboco medroso, aí quando nós chegamos lá, arrumamos um negócio de um barraco e ele atou a rede dele foi a mais alta que tinha no barraco, que ele tinha medo, pois a onça veio de noite passou por debaixo da rede e pulou na rede dele, pulou que rasgou a rede dele, era um tio da mamãe (Salvador).

5. TROCAMOS A ESPINGARDA PELA MOTOSERRA

Mesmo a proibição da atividade, a lembrança e o medo de serem presos não os impedia de irem caçar gato.

Lá pra cima na aldeia Bono tem o posto da Federal e quem eles pegassem do perímetro pra cima, esse talvez não voltasse pro meio da família alguns até voltaram outros não, muito difícil, tem uma divisa numa cachoeira, “samuã” a última do Paru e de lá só pode entrar com ordem da FUNAI (seu Teófilo).

O couro, pode-se notar foi importante produto comercial, com grande demanda internacional pela pele de diferentes felinos, o que estimulou o comércio e movimentou a vida de patrões e de empregados na região do rio Paru.

A caça aos gatos, como atividade econômica vigente da época, acabou sendo a entrada, dentro do território, para outro jeito de olhar a relação entre homens e gatos selvagens ser construída. A caçada aos felinos passa a constituir como uma forma de se apropriar dos recursos animais, não mais para comer, mas para vender, assim como ocorreu com muitas atividades ligadas a patrões.

No entanto, a proposta aqui foi perceber outras relações, para além do âmbito propriamente ligado a monetarização. Percebemos que a caça, e todos os estímulos da época para promovê-la, implicou também na ocupação de áreas da floresta com pouca exploração para fins comerciais.

A demanda internacional gerou grande movimento de pessoas para a região do Paru, houve migrações e com isso, o estabelecimento de contatos entre pessoas de regiões distintas, na busca pelos felinos. A partir do contato e da necessidade de se adequar a nova prática, técnicas e conhecimentos relacionados se desenvolvem.

A ocupação das matas, feita por homens em busca das peles, foi consequência. Era necessário realizar expedições com acampamentos que garantissem condições razoáveis para a permanência relativamente longa de homens.

Dessa forma, muitos felinos foram abatidos, assim como tantos outros utilizados como milhares de outros animais usados para abastecer acampamentos e armadilhas. Em paralelo a essa realidade, começa o debate internacional sobre o controle ou proibição da atividade de caça no país, afinal, o Brasil era até os anos de

1960 era maior fornecedor de produtos extrativistas para os mercados dos Estados Unidos e Europa (ANTUNES, 2015).

O debate já ocorria desde o final dos anos de 1930, e acabou por refletir em estâncias governamentais para a composição de leis, decretos e regulamentos que dessem conta da matança. Se por um lado, mesmo com o controle da lei ainda havia grande quantidade de animais abatidos, por outro o não controle propiciava a exportação ilegal e clandestina de milhares de peles.

Isso ocorreu justamente em uma época que não existiam grandes reflexões sobre impactos ambientais, ou mesmo sobre extinção animal. O estudo sobre essas questões é pertinente por proporcionar a reflexão sobre a ponta extrema do processo de fornecimento do couro, o gateiro.

Concomitante, em esfera internacional, a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUNC) assina em 1973 um acordo com vários países cossignatários durante a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Silvestre Ameaçada de extinção (CITES), que definia o controle e regulamentação sobre o comércio internacional de fauna e flora que abastecia os mercados internacionais por recursos naturais, dando assim o primeiro passo para o início do fim.

Mesmo com tantas discussões nos anos de 1960 relacionadas à questão da caça e comercialização do couro na Amazônia, tanto em espaços internacionais e locais, não foram capazes de confirmar o fim da comercialização, indo contra as manifestações que enfatizam o fim próximo da atividade.

Com a queda do interesse internacional sob produtos extrativistas, as pessoas encontraram na atividade de caça, e comercialização de couro de gato, a atividade que lhes pudesse assegurar renda. Esse interesse pela caça permaneceu mesmo com a proibição, que se estendeu até o fim dos anos de 1970, sendo a própria instalação do Projeto Jari na região a finalização da atividade na região.

A exploração da floresta Amazônica é realidade desde o período colonial e se estende na história há mais de quinhentos anos. Recursos como couro e produtos extrativistas, deram importante contribuição para o surgimento de ofícios como os dos balateiros, extrativistas, gateiros e tantos outros ofícios em uma dinâmica complexa.

Essa dinâmica é composta por um processo exploratório influenciou e continuam influenciando, direta ou indiretamente, populações e suas formas de perceberem e compreendem as relações presentes.

Com a desarticulação e fim da exploração de produtos gomíferos, devido a crise da borracha, e o crescente interesse internacional em couro de onça, a implantação da uma multinacional na região com “projeto Jari” (em 1960), promoveu profundas mudanças na região. Em um curto espaço de tempo o couro de onça une-se à já vultosa lista de animais abatidos com a implantação da empresa.

Nesse contexto, constrói-se na região relações entre caça e homens, assim como natureza e cultura, onde aspectos simbólicos também começam a surgir. Assim, os espaços não se resumem a locais onde a “matéria prima” pode ser encontrada, mas também como espaços onde o próprio modo de vida pode ser construído e reproduzido. Porém, com avanço de grandes projetos tudo pode ser perdido. Sobre as concepções que podem ser estudadas melhor Viveiros de Castro (2016) explica:

Não busquemos uma definição externa para essa relação homem e natureza, a natureza em questão é o que está ali não para servi-los, mas é uma extensão dos seus modos de vida, pois categorias como animais, natureza, ambiente são categorias analíticas e que não encontram um correlativo entre todos os povos indígenas ou tradicionais na Amazônia (p, 319).

Essas separações, como a de homem e onça, caça e couro, nos fazem refletir junto às narrativas dos gateiros, até que ponto elas realmente estão separadas. Segundo eles, as "onças" falam, falam para compreendermos quais dinâmicas atravessa seu território e quais as sociabilidades.

Quando o senhor Chico Onceiro diz "trocamos a espingarda pela motosserra" ele nos fornece uma pista sobre a relação com a natureza construída por estes homens. A natureza” que deu balata, deu seringa, deu cumaru, castanha do Pará, couro de onça.

Na ponta desse processo está à madeira, que como tantos outros projetos econômicos, atravessaram vidas em 2017. Atualmente, o que os ameaça é o minério e os projetos madeireiros que se intensificam na região. No Jari e no Paru eles ainda resistem e aguardam a "próxima levada”, como enfatiza Chico Onceiro. E acrescenta, “Não sei se ainda estarei vivo, mas sempre vem”.

Assim, um comércio que era local e que atendia a demanda internacional, se transforma no mais lucrativo empreendimento antes da concretização do ”projeto de modernização da Amazônia” implantado ditadura militar de 1964-1986 na região amazônica. Os números são parcos e imprecisos sobre os gateiros, muita atenção tem sido dada para questões como impactos ambientais ou de extinção animal, pouco sobre os gateiros, como eles encararam esse processo que modificou sua relação em seu espaço.

No município de Almeirim essa relação entre os gateiros e onça, homem e natureza como “personagens” principais, que narram devido sua experiência como veem questões que se referem ao seu território que tem passado por inúmeras modificações e diversos tipos de uso, sempre buscando atender o “atual dono” do Paru, do Coronel José Júlio do extrativismo do século XI. Ao empresário Sérgio Amoroso do grupo Orsa de 2017 com o mercado madeireiro e de celulose ditam a forma com que a população local deve se relacionar com aquela região, que cria estratégias, ofícios, de posse e uso do território.

Acredito que a contribuição da Antropologia social pode dar em questões como essa seja o de compreender o ponto de vista nativo, sua relação com a vida, sua relação com o mundo (MALINOWSKI, 1922) em estudar questões e analisar particularidades e não grandes sínteses, a relação homem e natureza em uma visão mais “ampla” sobre essa relação, homem como parte da natureza, natureza parte do homem, juntos não apenas para questões analíticas e metodológicas, com os gateiros e não a partir dos gateiros construir um novo olhar sobre essa relação entre homem e natureza.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, A. P.; SHEPARD JR, G. H.; VENTICINQUE, E. M. O comércio internacional de peles silvestres na Amazônia brasileira no século XX: The international trade in wild animals skins from the Brazilian Amazon in the 20th century. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.**, v. 9, p. 487-518, 2014.

ARAMBURU, Mikel. Aviamento, modernidade e pós-modernidade na Amazônia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ano 9, n. 25, 1994.

BATISTELA, Airton Carlos; BONETI, L. A relação homem/natureza no pensamento moderno. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-EDUCERE**. 2008. p. 1099-1116

CAMARGO, Maria Luiza. **O latifúndio do Projeto Jari e propriedade da terra na Amazônia brasileira**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

STEIL, Carlos Alberto; DE MOURA CARVALHO, Isabel Cristina. O pensamento ecológico de Tim Ingold. **Anuário de Antropologia Social y Cultural en Uruguay**, 2012.

CARVALHO, Luciana Gonçalves de. **Memórias de trabalho: balateiros de Monte Alegre**, Rio de Janeiro: IPHAN, 2011.

_____. Relações de trabalho nos balatais do Pará. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 19, n 39, p. 373-400, jan/jun. 2013a.

_____. “Dor de balateiro é igual dor de mulher esquecida”: memórias dos balatais do Pará. Artigo – Vivência. **Revista de Antropologia**. nº 42, pp. 89-100, 2013b.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DAMATTA, Roberto. **Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DESCOLA, Philippe. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. **Mana**, v. 4, n. 1, p. 23-45, 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo, Braz: Hucitec, 1996.

DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

FIORI, Marcel. **A carne, a gordura e os ovos: colonização, caça e pesca na Amazônia**. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 2015.

FOLHES, Ricardo & CAMARGO, Maria Luiza. Latifúndio, conflito e desenvolvimento no vale do Jari: do aviamento ao capitalismo verde. **Agrária**, São Paulo, nº. 18, 2013.

- GLANTZ, Michael H. **Currents of change: impacts of El Niño and La Niña on climate and society**. Cambridge University Press, 2001.
- GREISSING, Anna. Revista Universidade, Sorocaba, V. 36, n. 3, p. 43- 75, dez., 2010.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- INGOLD, Tim. Humanidade e animalidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 10, 1995.
- INGOLD, Tim (Ed.). **What is an Animal?** Psychology Press, 1994.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.
- _____. **O cru e o cozido**. São Paulo: Cosac e Naify, 2004.
- _____. **O olhar distanciado**. Lisboa: Ed. 70, 1986.
- LINS, Cristóvão. **Jari: setenta anos de história**. Rio de Janeiro: Dataforma, 2001.
- MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do pacífico ocidental. **São Paulo: Abril Cultural**, v. 2, 1978.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MEIRA, Márcio. Livro das canoas: Documentos para a História Indígena na Amazônia. São Paulo, ed. FAPESP, 1994.
- MORIN, Edgar. O Paradigma Perdido: a natureza humana. Tradução Hermano Neves. **Publicações Europa-América. Portugal: Biblioteca Universitária**, 2000.
- PEDROSO, Janari da Silva. **Famílias no Vale do Rio Jari: Dinâmicas, Mudanças e Acomodações**. Tese (Doutorado em Ciências) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.
- SAUTNUCK, J.; Carvalho, H. M. ; GUSMÃO, S.B. ; Projeto Jari: A invasão americana. São Paulo: Brasil debates, 1981.
- VALDEN VELDER, Felipe. Dossiê animalidades plurais, in. Revista de Antropologia da UFSCAR. 7. (1), jan./jun. 2015: 7-16.
- VEDOVETO, Mariana. **Cartilha do Plano de Manejo da Floresta Estadual do Paru**. Belém: Sema; Belém: Imazon, 2011
- VELHO, Gilberto. Observando o familiar. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VELHO, Otávio. De Bateson a Ingold: passos na constituição de um paradigma ecológico. **Mana**, v. 7, n. 2, p. 133-140, 2001.

VELHO, OTÁVIO Guilherme. Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica / Otávio Guilherme Velho. – 3. Ed – Manaus: UEA Edições 2013.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2006. “A floresta de cristal: notas sobre a ontologia dos espíritos amazônicos”. Cadernos de campo, 14/15. Pp. 319-338.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica**: estudo do homem nos trópicos. São Paulo: Editora Nacional, 1977.